

MAIS UMA CHACINA...

Em meio à crise sanitária, com 430 mil mortes, o país é sacudido pela violenta ação da polícia – elogiada por Bolsonaro – na favela do Jacarezinho, no Rio, que resultou no assassinato de 28 pessoas. O mundo pergunta até quando seguiremos mergulhados na barbárie?

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 17 de Maio de 2021 Nº 10

O POVO ESTÁ FORA DO ORÇAMENTO

Com a deposição de Dilma Rousseff, a agenda neoliberal foi imposta e o resultado é claro: as políticas sociais foram reduzidas brutalmente

CPI TEM PROVAS CONTRA BOLSONARO

Em depoimento, presidente da Anvisa e ex-chefe da Secom complicam o presidente e confirmam as suspeitas da omissão do governo

Renato Moura/A Voz das Comunidades

INTERDITAR BOLSONARO E REVOGAR A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

em defesa da vida
e da democracia

NEGACIONISMO E IRRESPONSABILIDADE LEVAM BRASILEIROS À MORTE

Observatório
da Democracia

Fundação
Cartão Verde

Forças
Vivas

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LABOR
CAMPUS E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPUS E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPUS E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPUS E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPUS E
KARIELLE FRANCO

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos,
Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo,
Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais
Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da
Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu
Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel
Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales
Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

PAUTA BRASIL

ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPRESSÃO



DCM Forth

TV
247



ObservaBR

CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

NESTA EDIÇÃO

Divulgação

MAIS UMA CHACINA QUE ENVERGONHA O BRASIL NO MUNDO

SEGURANÇA. Jacqueline
Muniz critica operação
policial no Jacarezinho

Página 4

MEDO. Juliana Borges trata
das chacinas e a politização
das mortes no Brasil

Página 10

ABOLIÇÃO. Pedro Eloi
Araújo diz que o Brasil deve
superar antiaboliconismo

Página 14

PODER. Márcia Tiburi
aborda como a milícia conta
com o apoio das elites

Página 16

CRIME. Depoimentos à CPI
confirmam que governo
se omitiu sobre as vacinas

Página 18

ESCÂNDALO. Governo
opera orçamento secreto de
R\$ 3 bilhões para aliados

Página 22

ORÇAMENTO. Depois do
golpe em Dilma, as políticas
sociais estão à mingua

Página 24

DESABAFO. O craque Raí
critica Bolsonaro e prega
resistência ao autoritarismo

Página 32

EDITORIAL

O PÊNDULO DA HISTÓRIA

Aloizio Mercadante *



Os países que adotaram políticas consistentes para o enfrentamento da Covid-19, como a testagem massiva, distanciamento social e a vacinação, já começam a retomar a economia e avanços na sociabilidade. Um novo ciclo de valorização das commodities está ocorrendo, que expressa as fortes perspectivas de crescimento mundial, liderado pelos Estados Unidos e China. Um clima de otimismo começa a emergir, que deve perdurar por algum tempo no cenário de pós-pandemia.

Entretanto, no Brasil, a realidade é outra. Em razão do completo descontrole da pandemia e da incapacidade de investimento do Estado, frutos de um desgoverno no gerenciamento da crise. Aqui as previsões mais otimistas preveem um crescimento de 3% do PIB para 2021, o que não recupera sequer a queda do ano passado.

Mas, a questão não é só que o Brasil irá perder e atrasar a oportunidade de retomar o crescimento, em um clima de otimismo e de recuperação da economia mundial. A face mais cruel da pandemia em nosso país, além dos mais de 430 mil mortos, é o aumento acelerado da desigualdade, os índices recordes de desemprego e a volta da fome, mais da metade da população brasileira sofre com algum grau de insegurança alimentar e pelo menos 15% convivem com a falta diária de comida na mesa.

O responsável por esse atoleiro tem nome e sobrenome: Jair Messias Bolsonaro. Mentor de um governo que despreza a vida, que negligenciou a testagem massiva, que postergou e sabotou a compra e produção de vacinas, que boicotou as medidas de isolamento social, que tentou desacreditar a medicina baseada em evidências científicas, que promoveu medicamentos ineficazes contra a Covid e que apostou na teoria da imunidade de rebanho, Bolsonaro gerou uma tragédia humanitária, social e econômica sem precedentes na história do Brasil. Bolsonaro derrete.

Tardiamente, o governo apresenta uma campanha publicitária em favor da vacinação e das medidas de controle da pandemia. Mas, na prática, as atitudes de Bolsonaro seguem sendo de boicote ao combate da pandemia, com a promoção de aglomerações, o não uso de máscaras e os ataques recorrentes aos países parceiros no fornecimento de insumos ou vacinas, como China e Rússia.

Por isso, a pesquisa Datafolha desta semana apontou que Bolsonaro chegou ao pior índice de aprovação e possui a maior rejeição entre todos os possíveis candidatos. A pesquisa também revelou que a polarização entre Lula e Bolsonaro está dada e, até o momento, não há qualquer espaço para uma terceira via.

Essa polarização acontece porque Lula é a maior liderança popular da história deste país e em razão da força dos legados dos governos do PT. A memória de um país que valorizava a vida, que combinava crescimento e estabilidade, que distribuía renda, que tinha autoestima e altivez e respeito internacional ainda é viva na mente e nos corações do povo. Por isso, o reencontro definitivo entre Lula, o povo e esse Brasil de sonhos e esperança não tardará a chegar. Até lá, seguiremos lutando por vacina no braço e comida no prato. Mas o pêndulo da história voltou a se mover.

* Ex-ministro de Estado, é presidente da Fundação Perseu Abramo



“A OPERAÇÃO EM JACAREZINHO FOI UMA LAMBANÇA”

Especialista em segurança pública, a professora da UFF critica duramente a ação da Polícia Civil na favela e diz que a elite da polícia não deveria estar fazendo operações com frequência. Segundo Jacqueline, o problema não demanda os bilhões gastos e a solução está ao alcance das mãos: controle sobre a força policial. “Cada delegacia no Brasil é um Vaticano dentro de Roma e cada batalhão é uma capitania hereditária”, critica

Por Pedro Camarão

O debate da segurança pública segue ‘cloroquinado’. É assim que a professora da Universidade Federal Fluminense, Jacqueline Muniz, uma das mais respeitadas especialistas em segurança pública do Brasil se refere ao tema que vem dominando o debate político, a pauta da mídia e o cotidiano da população. Jacqueline fala sobre o tema com a paixão de quem se dedica a pesquisar Segurança Pública e a trabalhar diretamente na área há mais de 20 anos.

Autora e organizadora da obra “Saberes e Práticas Latino-Americanas de Polícia - Polícia, Estado e Sociedade”, livro publicado em português e espanhol e que embasa as formas de agir e pensar

policiais no Brasil e na América Latina, ela é dona de um currículo extenso. Ocupou cargos no governo federal, inclusive no governo Lula e em outras administrações, e foi diretora da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Em entrevista à **Focus Brasil**, a professora critica a ação da Polícia Civil na favela do Jacarezinho e diz que a elite da polícia não deveria estar fazendo operações com frequência, e deveriam atuar apenas em situações extremas e de alta complexidade, razão de ser das operações policiais especiais. Segundo Jacqueline, o problema da segurança não demanda os bilhões que vêm sendo gastos, a solução está ao alcance das mãos.

Ela esclarece que quem inventou as polícias nas sociedades de

tradição liberal-democrática foram os progressistas e que no Brasil a polícia não se tornou pública, seguindo somente como uma força estatal. “Primeiro chegou a polícia, muito tempo depois chegou a lei e, por último, há 50 anos chegaram os direitos que fundamentam e circunscrevem as práticas de policiamento”, diz. Para a professora, o debate sobre segurança pública não pode mais ficar na abstração que dissolve responsabilidades no genérico “sistema”. Indignada com o estado das coisas, Jacqueline tem pressa para produzir mudanças e alerta: “A política do medo gera o imediatismo, suprime mediações e consensos, promovendo o pensamento unitário que leva um autoritário como Jair Bolsonaro ao poder”.

Focus Brasil - Qual sua avaliação sobre a ação da polícia civil do Rio na favela do Jacarezinho. O governador e o chefe da Polícia Civil afirmam que foi uma operação de inteligência. Foi a mais letal da história. Existe algum traço de "ação tática" nisso que aconteceu?

Jacqueline Muniz - Essa operação foi uma lambança. Um desastre tático-operacional. Sequer obedeceu a qualquer parâmetro da doutrina de uso potencial e de força internacional. Sequer obedeceu a qualquer parâmetro do procedimento operacional da própria Polícia Civil - um procedimento publicado em 2 de janeiro de 2018 por cobrança e exigência dos movimentos sociais, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e de especialistas que atuavam na ação civil pública do caso da Maré, que visava controlar, pactuando protocolos de operações policiais. Sequer responde a outro protocolo de operações policiais, de 2 de outubro de 2018, também sob exigência da sociedade civil organizada, construído pela antiga Secretaria de Segurança Pública que foi desativada pelo ex-governador Witzel. Enfim, a operação no Jacarezinho sequer seguiu parâmetros definidos pelas próprias polícias.

O protocolo interagência que orienta operações policiais no Rio existe, mas é oculto para sociedade. Ninguém sabe. É como se você fosse assistir a um jogo de futebol e as regras fossem secretas. Você é árbitro de um jogo que as regras são desconhecidas. Como avaliar o mérito da ação policial se os procedimentos operacionais são ocultos e passíveis de manipulação conforme as circunstâncias? Como aferir o padrão tático da operação por critérios técnicos-policiais se tudo esta intencionalmente escondido e mal se dá satisfação? Diante deste protocolos pode-se dizer que foi

uma lambança a tática operacional. Não tem como tapar o sol com a peneira. É uma impostura moral fazer uso de uma morte, no caso de um policial, para poder esconder a falta de transparência e fragilidade de planejamento e execução.

E mais, junto com a polícia todo mundo atirou atrás. A polícia é a política em armas. Quando a polícia atira, atira com ela os coordenadores táticos de campo, os comandos intermediários, o comando central, o governador,

O PROTOCOLO INTERAGÊNCIA QUE ORIENTA OPERAÇÕES POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO EXISTE OCULTO. NINGUÉM SABE. FALTA TRANSPARÊNCIA

o Ministério Público e os eleitores que assinaram o "cheque em branco" de um mandato policial em aberto. Então, são responsáveis. Nenhuma polícia do mundo tem licença para matar, nem mesmo James Bond.

Focus Brasil - E as operações especiais?

Jacqueline Muniz - Operações especiais têm uma razão de ser. Elas são importantíssimas no desenho organizacional de meios de força suficientes ou comedidos,

cujo nome cotidiano é Polícia. Mas aqui tem-se usado rotineiramente um recurso excepcional. É como se você pegasse um cirurgião e o colocasse diariamente para trocar band-aid, a mão vai tremer. Ele vai perder a qualidade de sua ação. Ou não teria tido nunca a precisão em sua ação. Então, aqui, se substituiu os policiamentos que produzem controle sobre território e população e, portanto, produzem segurança pública pelo que eu chamo de "síndrome do cabrito", o sobe-desce morro pontual que produz escassez de recurso repressivo. Cabe lembra que polícia não tem estoque. O emprego rotineiro de um recurso caro e nobre como as operações produz escassez e sabota a cobertura policial de território e população. Operações rotinizadas são apenas a polícia de espetáculo, a polícia ostentação que produz uma repressão cara e burra, que não têm como durar no tempo e no espaço.

Focus Brasil - Foi desperdício?

Jacqueline Muniz - Na verdade, elas fazem um gasto abusivo de uma repressão sem foco, não qualificada que não produzem efeito para além do imediato. Tem uma repressão ineficaz e ineficiente que não garante o efeito coercitivo sobre o crime de forma acumulativa além do imediato, da ação pontual. A repressão como um fim em si mesma encarece e exaure a própria capacidade repressiva da polícia. A razão um policial morto para 28 mortos demonstra mais que elevada letalidade, demonstra incapacidade, incompetência e erros intencionais.

Focus Brasil - Nem houve inteligência policial.

Jacqueline Muniz - Quando não se governa a segurança pública, não se governa mais nada. Então, o resultado é o desastre anunciado. Não se coleta dados mantendo a galinha dos ovos de

ouro da investigação que são os suspeitos e indiciados. E atividade de inteligência, de produção de conhecimento e de informação, não precisa deste espetáculo, necessita ser pervasiva e discreta. Aqui, quando não se sabe o que dizer, a esquerda, a direita, o centro ou ao lado, quando se pretende fazer um engana bobo, se diz que está “trabalhando com inteligência”. Porque inteligência não é tangível, visível aos olhos nus da população. É atividade-meio, indireta e de baixa visibilidade. Então a população acredita: “ah, estão fazendo alguma coisa aí”.

Focus Brasil - Tudo foi feito fora do manual?

Jacqueline Muniz - Nós podemos detalhar a partir dos 12 critérios construídos pelas próprias polícias e que estão nos procedimentos de operações policiais que não estão públicos e não foram publicados e, com isso, aferir a eficácia, a eficiência e a efetividade desta operação policial. Eu mesma desenhei métricas de desempenho policial num estudo comparado de unidades de operações especiais exatamente para dar de presente para a Polícia Civil, o Bope, para as polícias brasileiras. Chama-se “Padrões de Medidas e Métricas de Desempenho Policial”, publicada em 2007 para as polícias da América Latina as polícias brasileiras. Então, a ideia de que não tem medida, não há como medir e que basta o blefe, falar alto, gritar e não dar satisfação não fica de pé. Não passa no teste do profissionalismo policial, da doutrina policial do uso da força. Isso está errado.

A Polícia de sobrenome Civil não compareceu na audiência da arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF 635, conhecida como ADPF das favelas - há duas semanas na frente do [ministro Luiz Edson] Fachin para explicar seus meios logísticos e

os seus modos táticos, à luz dos fins políticos de sua ação. Porque é isso que configura os mandatos de polícia em sociedades democráticas, livres e plurais. Você tem que ver quais os fins, os meios logísticos à luz dos fins que delimitam os modos táticos do agir. Aqui tem-se uma bateção intencional de cabeça entre os fins, os meios e os modos para deixar a polícia indigente e o policial vulnerável à manipulação político-eleitoral. Portanto, não estamos diante de um impressionismo de filme B de

O PROBLEMA É POLÍTICO E A SOLUÇÃO É POLÍTICA. SÃO 34 ANOS DE GUERRA DECRETADA NO RIO DE JANEIRO SEM VITÓRIA OU DERROTA

televisão. Há parâmetros técnicos, há uma doutrina do uso da força que eles próprios adotaram e que não explicam, não demonstram como empregaram.

Em que consiste uma operação de inteligência? É esse circo todo? Eu preciso gastar 200 agentes policiais? Quando ponho 200 na rua, eu pré-empenhei 800. Isto gera escassez de recurso repressivo, de recurso coercitivo, comprometendo o controle de população e de território, ampliando a oportunidade de ocorrência de crimes e

violências nas ruas. A inteligência é falada como um corpo sem órgão. Inteligência não é isso que se diz, parece central de fofoca da revista “Amiga”. Duas coisas que observamos em discursos sem substância: dizer do despreparo da polícia e da inteligência. Quando se usa essas duas expressões é porque o sujeito quer ficar “bem na foto” e não sabe o que dizer.

Focus Brasil - As polícias cariocas têm preparo?

Jacqueline Muniz - As polícias do Rio de começaram a ter cursos de direitos humanos no primeiro governo [de Leonel] Brizola. têm um processo continuado de preparo, de qualificação profissional. Veja que há preparo para miliciar, para corromper, para ser sócio ou patrão de grupos criminosos, mas curiosamente não se tem preparo para cumprir uma regra jogo que a própria polícia inventou? O problema é político e a solução é política. O problema é de governabilidade e a solução é de governabilidade. Quando se usa a as desculpas da “falta de preparo” e da “falta de inteligência” e porque se esta jogando a solução do problema para muito longo da gente, da realidade. Enquanto isso, seguimos de matança em matança. São 34 anos de guerra decretada no Rio sem vitória ou derrota.

Focus Brasil - Como estabelecer controle sobre as polícias?

Jacqueline Muniz - Aqui no Brasil se sofre de autonomia predatória nos meios de força. Aqui tem excesso de autonomização e baixo controle social de polícia. O Ministério Público controla a ponta do iceberg, só controla fluxo de papel e não o fluxo decisório. Então, se você não controla fluxo decisório de uso potencial e concreto de força na tomada de decisão individual e como corpo tático não se controla nada nos meios de força policiais. Na segurança pública



Ricardo Moraes/Reuters

ESPETÁCULO MACABRO Jacqueline Muniz critica a falta de controle sobre as ações policiais no Rio de Janeiro. “É a polícia de espetáculo, polícia ostentação, que são essas operações que não têm como durar no tempo e no espaço.

e na saúde pública, não há como reverter cenários trágicos como a morte.

Não tem ficar no falso dilema do ovo e a galinha, não tem que esperar mudar sistema para mudar práticas na esquina. O controle da ação policial para reduzir letalidade e vitimização policiais é de ordem executiva e administrativa. Basta apertar dois parafusos de natureza procedimental ao alcance que pode começar agora, como foram construídos em 2002 [no Rio de Janeiro]. É preciso controlar o potencial de autonomização dos meios de força e a amplitude discricionária da decisão e ação policiais. Quem sabe onde começa e termina o poder coercitivo de polícia? Esse é o principal poder que uma sociedade livre, plural, de larga escala, de mercado delega ao Estado para que este administre em nosso nome.

Se você não sabe e não decide sobre o âmbito e alcance do poder coercitivo, você é corresponsável pelos resultados produzidos. Em que democracia i existe esta informalidade e alegialidade no uso do poder de policia como existe no caso brasileiro? Nenhuma.

Focus Brasil - Mas e a operação no Jacarezinho?

Jacqueline Muniz - Há uma espécie de conveniência, de convivência onde se confunde incompetências, incapacidades e erros intencionais por escolhas políticas das políticas de segurança e de policiamento. Esta operação foi programada, para utilizar a linguagem do procedimento operacional policial. Não era uma operação emergencial. Uma operação programada é feita sob demanda, demanda interna da própria polícia, do sistema de Justiça do MP.

Toda operação programada é adiável e imprime superioridade de método e de controle à polícia, pois é ela que cria a situação que atua e tem a prerrogativa do agir. As não programadas são as operações emergenciais, quando a sociedade chama. Tem uma vida em risco, um assalto em andamento... Ou seja, a vida não se adia. Essas operações não podem ser adiadas porque é a demanda direta da sociedade. As programadas são demandadas para dentro e, portanto, adiáveis, segundo também as regras da própria arguição de descumprimento de preceito fundamental [ADPF 635] do STF e antes delas. O Supremo não inventou moda. Só lembrou a polícia que ela precisa voltar a ser polícia e cumprir os seus procedimentos operacionais. Tudo isso que estou dizendo é validado pela Associação Internacional de

Chefes de Polícia que tem uma doutrina internacional de uso potencial e concreto de força, que recomenda para todas as unidades de polícia mundo à fora, que quer ser polícia e não bando armado. Se é só pra sair dando tiro, não precisa de polícia. O estado da arte das operações policiais é reverter desvantagens táticas, é esfriar a chapa, é reverter cenários de elevado risco, incerteza e perigo reais para os policiais, cidadãos suspeitos ou não. É fazer o relógio andar para trás tendo como meta "baixa zero". Esta é sua razão de ser e que justifica a existência e orçamento de unidades como BOPE e a CORE. Se sai pra trabalhar com "bandidômetro" na cabeça, não preciso de investigação porque já sei quem é bandido e quem não é. Podemos voltar ao mundo das gangues, ao mundo miliciano que está aí e cresceu por esse processo de autonomização predatória. Isso se chama autarquia sem tutela ou governos autônomos.

Isso é um fenômeno comum. Todas as democracias que não controlaram o poder de polícia, experimentaram golpes, guerra civil, instabilidade e quebra da previsibilidade no exercício do poder. Aqui, vivemos de chantagem em chantagem corporativa. Sempre que você vai apertar o parafuso do controle da ação policial alguém grita, "está mexendo na minha autonomia". Que autonomia? Você tem autonomização predatória e não autonomia regulada e transparente como deve ser. E tem gente que propõe coisas que só pioram esse quadro.

Focus Brasil - Há um projeto de lei orgânica sobre a autonomia das polícias rodando no Congresso.

Jacqueline Muniz - Isso é uma bobagem corporativista e infantil. Não vai acontecer, ninguém é maluco. Nunca vi governador e po-

lítico querer perder poder. Aqui, não fizemos o dever de casa de repactuação federativa do poder de polícia. Onde começa e termina o poder da polícia do Senado? Onde começa e termina o poder coercitivo da PM, da PF e da Civil? Quem decide isso somos nós. Quem decide a capacidade coercitiva das forças combatentes, Forças Armadas e das forças comedidas policiais somos nós, a sociedade, porque o poder é nosso. Estão sequestrando este para fins particulares. O nome disso é corrupção.

QUEM DECIDE A CAPACIDADE COERCITIVA DAS FORÇAS COMEDIDAS POLICIAIS SOMOS NÓS, A SOCIEDADE, PORQUE O PODER É NOSSO

Quando se apropria de um mandato público para fins particulares, o nome é desvio. É assim que se tem governado, chantageando.

Cada delegacia no Brasil é um Vaticano dentro de Roma e cada batalhão é uma capitania hereditária. Os dois modelos são ruins, mas não são ruins porque são militares e civis. São ruins porque não permitem a governabilidade das polícias, porque ocultam dispositivos de controle interno e externo profissionais de polícia.

Focus Brasil - As polícias

trabalham à revelia da Constituição Federal?

Jacqueline Muniz - A Constituição Federal, no que diz respeito à segurança, é conservadora, um arremedo, uma emenda que saiu pior do que o soneto. Para quem leu o artigo 144 é bom saber que ele é uma costura mal feita das constituições autoritárias anteriores. Não se mudou status quo algum das polícias ali. Ao contrário. O artigo 144 é produto de lobbys e reproduz monopólios e quase monopólios de práticas de policiamento, deixando os mandatos policiais como uma procuração em aberto para serem preenchida conforme a convivência, conveniência e conviência.

Quem estava lá fazendo lobby na área de segurança? É só ver nos anais da Constituição que são políticos que chegaram a defender a milícia como uma liga comunitária de auto-defesa. A última reforma na estruturação do poder de polícia no Brasil e das organizações de força foi em 1968, todo o resto é cosmético. Todo o resto é esmalte que você passa em brinquedo velho para brilhar. É papel de bala brilhoso em recheio podre. Essa é a discussão séria. Aqui se confunde coisas que não se pode confundir. Então, a Constituição de 1988 é um arremedo conservador, é cotó, perneta no que diz respeito à Segurança Pública. Ela é produto de um acordo, de uma acomodação que manteve a clientelização do poder de polícia e seu exercício em aberto para se ter polícia forte para fracos e policiais como mercadorias políticas.

A New Scotland Yard não é new [nova] à toa. Ela passou por uma reforma. A polícia de Nova York passou por mais de trinta anos de reforma para controlar, para produzir controles sobre o emprego coercitivo que é o principal poder que uma democracia delega a alguém. Aqui é um cheque em branco. •



Ricardo Moraes/Reuters

A DOR DIANTE DO ESTADO A violência do Estado explode mais uma vez no Rio de Janeiro, trazendo sofrimento às mulheres que choram durante protesto na favela do Jacarezinho. Uma nova chacina que deixou ao menos 29 mortos

CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL

A ação da Polícia Civil do Rio resultou na morte de 28 pessoas - 27 civis e um policial. O que é necessário em uma ação para configurá-la como uma chacina? Quais são as motivações para a utilização desse repertório de ação? A partir de uma análise das chacinas, poderíamos compreender o fenômeno da violência e da produção de desigualdades no país?

Por Juliana Borges *

Em 6 de maio de 2021 ocorreu uma das mais letais ações da polícia em uma comunidade no Rio de Janeiro. Por volta das 6h da manhã, iniciava-se uma incursão da polícia na comunidade do Jacarezinho. Ao descer do blindado, o inspetor André Leonardo de Mello Frias foi alvejado na cabeça e, mesmo sendo socorrido, não resistiu aos ferimentos. O resultado foi, no mínimo, desastroso: 29 mortes, sendo 28 civis e um policial. Diante da ação sangrenta, especialistas e ativistas de direitos humanos denominaram um massacre ou uma chacina.

Segundo a polícia, a operação foi “técnica e madura”. A ação envolveu a participação de mais de 200 policiais e apreendeu, segundo a Polícia Civil, 16 pistolas, 5 fuzis, 1 submetralhadora, 12 granadas, 2 escopetas calibre 12 e munição. Em levantamento realizado por veículos de imprensa, a partir de registros de ocorrência relacionados às mortes que aconteceram na operação, encaminhados à Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, 26 armas de policiais foram entregue à perícia e correspondem a 24 fuzis e duas pistolas. Segundo especialistas, as armas de todos os policiais envolvidos na incursão deveriam ser recolhidas e periciadas. Primeiro, porque exporia interesse na lisura do processo e da ação. E, segundo, porque a partir delas é possível elucidar o que de fato ocorreu na operação, bem como a realização da reconstituição do confronto.

Os acontecimentos na manhã de 6 de maio encontram dificuldades para serem elucidados: as informações sobre as vítimas não são fornecidas pelos órgãos oficiais. Em divulgação da Ordem dos Advogados do Brasil foram

listados 16 nomes, todos homens e a maioria de jovens entre 18 e 29 anos. E, dentre os 28, 11 seguem sem identificação. Ao menos 13 mortos não tinham qualquer relação com a investigação, base da argumentação da Polícia Civil para a necessidade da operação. Dos nomes investigados, três estavam entre os mortos.

Em agosto de 2020, o STF “referendou tutela provisória deferida pelo ministro Edson Fachin

NA AÇÃO DO JACAREZINHO, O MP DO RIO RECEBEU NOTIFICAÇÃO APENAS ÀS 9H, QUANDO A OPERAÇÃO COMEÇOU ÀS 6H

para suspender a realização de incursões policiais em comunidades do Rio de Janeiro, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19”. Segundo a decisão, as operações estavam restritas a excepcionais e se informadas e acompanhadas pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro.

Na ação do Jacarezinho, o MP-RJ recebeu notificação apenas às 9h, quando a operação já ocorria desde às 6h. Na coletiva

de imprensa realizada pela Polícia Civil, ouviu-se a repetição de que os assassinados tinham antecedentes criminais, bem como nas declarações do vice-presidente Hamilton Mourão de que a ação se enquadraria sob uma política de guerra e, portanto, de combate a um inimigo interno, em uma clara alusão a um discurso de lei e ordem baseado em estereótipos e imagens de controle estigmatizantes e que estimulam e sustentam a criminalização de grupos sociais.

As chacinas podem ser assim consideradas em eventos com três ou mais vítimas fatais. Apesar de não existir como categoria jurídica, as chacinas são computadas por órgãos oficiais e de segurança pública como homicídios múltiplos e estão presentes em noticiários, além de serem popularmente difundidas. Essa ação extremada, em geral, acontece em uma mesma localidade ou território, sendo também modulares conforme as dinâmicas locais.

O projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, produziu a pesquisa “Chacinas e politização das mortes no Brasil”, que construiu um mapa das chacinas no país entre 2015 e 2019, com o intuito de analisar o fenômeno a partir de seus atores, motivações e reações, compreendendo a diversidade de contextos em que ocorreram e as mobilizações decorrentes dessas ações.

Esse caminho foi traçado pela construção de um banco de dados a partir de informações da imprensa, de diferentes veículos e pela definição de categorias em ocorrências, pessoas envolvidas, encaminhamentos institucionais e repercussão política. Pela fonte, portanto, há um viés, tendo em vista a cobertura de casos ser maior no eixo Sul e Sudeste. Além dis-

so, as matérias jornalísticas são construídas por informações obtidas pelas polícias militares, com amplo déficit no espaço às narrativas de outros envolvidos como familiares, testemunhas civis – em geral, difíceis de serem acessadas pelo medo instaurado da ação –, e representantes de movimentos sociais.

As chacinas compõem uma etapa importante em meio a um processo contínuo de conflitos que não são encerrados nos óbitos decorrentes da ação. Majoritariamente, tais ações são exercidas sob os discursos da política de guerra às drogas e por território, de grupos de extermínio, em feminicídios e conflitos agrários e em operações policiais. Por essa última categoria é que a chacina no Jacarezinho se torna um ponto de partida e tem caráter simbólico do uso desse repertório de ação como gramática política e um expediente paralelo para a imposição de poder.

Dentre as motivações mais frequentes das chacinas, em primeiro lugar estão as disputas de tráfico, seguida por suspeita de envolvimento de policiais ou ex-agentes estatais. Assim como no Jacarezinho, os alvos preferenciais são jovens-homens-negros e periféricos. Pelo viés na fonte, não foi possível obter os dados de raça/cor das vítimas das chacinas do país na pesquisa.

Contudo, a ação no Jacarezinho dá pistas dos territórios e grupos alvos desse tipo de ação. A maioria das vítimas não tem antecedentes criminais, sustentando a hipótese de uma forma simbólica para fins de gramática política e exercício do poder pelo terror e pela violência.

Conforme dossiê publicado pela Fundação Perseu Abramo, homônimo ao título da pesquisa desenvolvida, as “chacinas são expressões radicais da violência letal como recurso político de

controle social, com demonstração pública de poder, utilizada tanto por organizações criminosas como agentes públicos, principalmente em contexto de instabilidade institucional ou de disputa por territórios e mercados”.

Dessa definição, conclui-se que a análise sobre as chacinas no país permite compreender as complexidades e a aderência profunda do fenômeno da violência como constitutiva das relações sociais cotidianas e institu-

EM VEZ DA DEFESA DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR DIREITOS SOCIAIS, CADA VEZ MAIS GANHA LUZ A REPRESSÃO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

cionais da sociedade brasileira. Não se tratam, portanto, de ocorrências excepcionais.

Estamos falando, portanto, de um expediente utilizado com implicações políticas e de exercício de poder, impulsionador de uma agenda que fortalece cada vez mais o discurso de combate à criminalidade como política pública central para a diminuição de conflitos sociais. Tem servido a ações repressivas e a política de guerra às drogas como defesa do bem-estar social – vale

lembrar que a investigação que sustenta a ação e discurso de defesa pelos policiais civis no Jacarezinho se lançava pelo combate ao aliciamento de menores pelo tráfico.

Ainda é preciso aprofundar-se mais na análise sobre esse fenômeno. Contudo, é possível perceber um discurso posicionado no uso desse repertório de ação sob uma dinâmica de disputa territorial e política (seja no uso político amplo ou no discurso de poder, mesmo em casos de motivação teoricamente particular, como nos feminicídios.

Assim, em vez da defesa de políticas públicas que impulsionem direitos sociais, cada vez mais ganha luz no debate público o controle e a repressão para combater violências, que foram criadas justamente por esse modelo de ação, em meio ao terror promovido e amplamente difundido. O medo como mola propulsora para desestabilizar, paralisar e controlar.

Isso coloca o desafio imperativo de buscar saídas que não deveriam reforçar a repressão. Os conflitos sociais não podem continuar a ser resolvidos com mais tensão e uso tático de forças policiais que estimulam o conflito em vez de mediá-los.

Não parece fácil construir políticas simplórias, como a simples presença do Estado em comunidades, principalmente se isso se realizar a partir de medidas repressivas. Mas o desafio está lançado. E, se não queremos mais banhos de sangue, precisamos nos debruçar sobre esse fenômeno encrustado na cultura política brasileira para enfrentá-lo na garantia de direitos, a começar pelo direito à vida. •

Consultora do eixo “violência” do projeto Reconexão Periferias, Estuda Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e é pesquisadora de Política Criminal e Relações Raciais.

BANHO DE SANGUE

O governador do Rio, Cláudio de Castro, defendeu a operação policial na Favela do Jacarezinho, que resultou na morte de 29 pessoas, no início de maio

Zó Guimarães/FolhaPress



MP CRIA FORÇA-TAREFA PARA APURAR CHACINA

Grupo vai investigar denúncias de abuso policial. “Foi o batismo de fogo no bolsonarismo com um banho de sangue”, diz cientista social sobre apoio do governador Cláudio Castro à operação. “A segurança pública é prioridade”, disse

A chacina do Jacarezinho, que tirou a vida de 29 pessoas na última quinta-feira na Zona Norte do Rio de Janeiro, continua gerando desdobramentos políticos e judiciais. Pressionado pela opinião pública e por entidades de direitos humanos, o Ministério Público do Rio, que tem como atribuição constitucional fazer o controle externo das atividades policiais, anunciou na terça-feira, 11, a formação de uma força-tarefa para apurar o massacre.

O grupo será responsável pelas investigações, que deve durar quatro meses e poderão ser prorrogáveis. A iniciativa busca dar satisfação à opinião pública e tem como objetivo apurar as denúncias de execuções e abuso policial, a morte do agente André Frias e a tentativa de homicídio contra outros cinco policiais, além de duas tentativas de homicídio a passageiros do metrô e uma eventual irregularidade na remoção dos corpos.

A força-tarefa será presidida pelo promotor André Cardoso e contará com outros três ser-

vidores: Flávia Maria de Moura Machado, Jorge Luis Furquim e Matheus Picanço. Segundo Cardoso, os 27 corpos de civis mortos no dia da operação passaram por autópsia e ainda será concluída a análise dos laudos periciais. De acordo com Luciano Mattos, procurador-geral de Justiça do Rio, a investigação sobre a operação no Jacarezinho ocorrerá em paralelo à iniciada anteriormente sobre 21 suspeitos de participar do tráfico de drogas no local.

A criação do grupo é uma resposta à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), de junho do ano passado, de restringir as operações policiais a casos excepcionais, com comunicação prévia ao MP estadual, durante a pandemia de coronavírus. A decisão também aponta para uma investigação independente do organismo em caso de letalidade policial. Mattos assegura que a decisão do Supremo vinha sendo cumprida “integralmente” e que a investigação vai analisar a operação.

O nome da ação que resultou na chacina —operação Exceptis— fazia uma referência irônica a de-

cisão do Supremo. Logo depois do massacre, a Polícia Civil realizou uma entrevista coletiva com forte teor político, acusando o “ativismo judicial” de atrapalhar suas ações.

Também chama atenção a abordagem do governador Cláudio Castro (PSC), que até agora vem dando seu respaldo político à operação. Desde o início ele vem falando que ela é fruto de um “trabalho de inteligência”.

A cientista social Silvia Ramos, coordenadora da Rede de Observatórios de Segurança, acredita que Castro, que acaba de assumir definitivamente o cargo, após o impeachment de Wilson Witzel, busca dar uma demonstração de força e se viabilizar como candidato do bolsonarismo em 2022. “Foi o batismo de fogo no bolsonarismo com um banho de sangue. Ele não usa o estilo bélico de Witzel, mas a posição dele é muito política”, afirma Ramos. “É possível que ele não soubesse da operação no Jacarezinho, mas esta é uma onda que ele está tentando surfar”, aposta. •



Olimpio

A ABOLIÇÃO E A CHACINA DO JACAREZINHO

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, tendo-o feito já sob grande pressão internacional. A política antiaboliconista atual também tem dias contados. No mundo, não há espaço para o antiaboliconismo. Tampouco no Brasil

Por Eloi Ferreira de Araújo

Em um rápido olhar nos livros de história, percebe-se que falta cor. Como resultado de quase quatro séculos de escravidão, Zumbi dos Palmares, Dandara, João Cândido Felisberto, Tereza de Benguela, Luís Gama, Antonietta de Barros, Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis e tantas outras personalidades foram, por muitos anos, apagadas. A abolição formal ocorreu, mas, como previu Joaquim Nabuco, a escravidão permaneceu como característica nacional do Brasil.

A lei de 13 de maio de 1888 foi resultado da primeira grande campanha popular da história do Brasil, o movimento abolicionista. Com a campanha abolicionista, pela primeira vez, diferentes camadas sociais mobilizaram-se em massa por uma agenda positiva. A campanha abolicionista sensibilizou a sociedade contra a escravidão e foi, portanto, a primeira lição de cidadania do Brasil. Não houve, contudo, unanimidade.

Os que, hoje, são contra as cotas, contra um auxílio emergencial justo e contra a presença de negros nos aeroportos e nas universidades são herdeiros dos antiabolicionistas que, insatisfeitos com a Lei Áurea, tentaram barrá-la e criar contrangimentos e perseguições, para que não se festejasse a liberdade. Como consequência, o legado do Estado brasileiro aos ex-cativos, na expressão do samba-enredo de 1988 da Mangueira, foi “livre do açoite da senzala, mas preso na miséria da favela”.

Os antibolicionistas de 2021 não se referem ao peso de quilombolas em arrobos por acaso. Assim como seus antepassados escravocratas, que queriam apenas que a população negra nascesse, trabalhasse e morres-

Arquivo



OS QUE, HOJE, SÃO CONTRA AS COTAS, CONTRA O AUXÍLIO EMERGENCIAL, SÃO HERDEIROS DAQUELES QUE SE OPUNHAM À ABOLIÇÃO DA ESCRavidÃO

se – preferencialmente, cedo, antes que “não servissem nem para procriação” –, os de hoje desejam que a população preta e pobre brasileira nasça, sirva, mesmo sob o risco de contaminação por um vírus letal, e morra – preferencialmente, cedo, pois “hoje todo mundo quer viver 100, 120 anos, e o Estado não

pode dar conta disso”. Como resultado, estima-se que, sob o governo dos antiabolicionistas do século 21, a expectativa de vida do Brasil já tenha caído em quase dois anos.

Não surpreende que a barbárie da chacina do Jacarezinho não cause indignação nos antiabolicionistas contemporâneos. O que eles não percebem é que estão, desde o século 19, não apenas na contramão do Brasil, mas também na contramão do mundo. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, tendo-o feito já sob grande pressão internacional.

A política antiabolicionista atual também tem dias contados: nosso país, já isolado, em razão da escolha desastrosa do atual governo de não conter a pandemia, novamente, chocou o mundo, na última semana, com as violações de direitos humanos no Jacarezinho, tendo a ONU, inclusive, se manifestado sobre o caso. No mundo, não há espaço para o antiabolicionismo. Também pouco no Brasil.

A lei de apenas um artigo de 1888 não é mais o único instrumento legal abolicionista de que dispomos. Em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial, que introduziu no ordenamento brasileiro o instituto das ações afirmativas e buscou completar as lacunas deixadas pela abolição incompleta.

Essa é uma conquista sólida, assim como o empoderamento crescente e a tomada de consciência da população negra brasileira. Como em 1888, em 2021 a abolição não pode ser detida. E, assim como aos antiabolicionistas de 1888 aos de hoje, em pouco tempo, não restará nada, além da lata de lixo da história. •

* Ex-ministro da Igualdade Racial, é embaixador do Movimento Ar-Vidas Negras Importam

GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO PODER



Olimpio

Uma ponte entre o Rio e Brasília. Como o milicianato chegou ao poder? E como se mantém no poder? Os mesmos grupos que depuseram Dilma Rousseff, na maior armação política da história, seguem no poder evitando levar adiante processos de impeachment que se acumulam em dezenas

Por Márcia Tiburi

Torna-se cada dia mais urgente compreender a continuidade entre o tipo de política que se desenvolveu ao longo de décadas no Rio de Janeiro e a política que se aplica ao Brasil como um todo desde 2018, ano decisivo no processo de redução da política à publicidade. Prova disso é que o projeto publicitário marcado

por graves ilícitudes alcançou o poder político e o presidente que tomou posse em 2019 continua agindo como se estivesse em campanha. Isso não é por acaso. Vivemos sob a lógica publicitária essencial à troca de regime – da democracia para o autoritarismo – que vem sendo operada desde 2013 na forma de guerra indireta, midiática, psíquica e cultural. A violência em cena, faz parte disso.

Uma pergunta pode ser colocada em termos simples: como o milicianato – ou o que José Cláudio Alves (Dos Barões do Extermínio, Ed. Consequência, 2020) definiu como sendo “grupos de extermínio que vivem uma fase miliciana” – chegou ao poder? Através de métodos ilícitos hoje conhecidos, tais como o envio massivo de mensagens contendo fake news por WhatsApp, para citar um exemplo básico.

Uma segunda pergunta é ainda mais simples: como esse governo se mantém no poder? Através do apoio dos poderes Legislativo, Judiciário e midiático que fingem não ver os crimes cometidos constantemente pelo presidente e seu governo. Claro, a ausência do povo nas ruas causa a impressão de que a maioria apoia o governo. Fato é que os mesmos grupos que depuseram Dilma Rousseff, na maior armação política da história, seguem no poder evitando levar adiante processos de impeachment que se acumulam em dezenas.

A chacina que matou 29 pessoas na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro é exemplar da estratégia do governo. Modelo de ação, a chacina tem uma função grandiloquente que vai bem além de matar; ela tem como objetivo servir como espetáculo. De um lado, a matança na favela chama a atenção oferecendo entretenimento às massas fascistas. De outro, dá o exemplo e mostra do que o governo é capaz. Intimidação e pavor continuam sendo táticas do governo atual. E o papel de Bolsonaro nesse governo é o de colocar a todos em estado de constante perplexidade.

Desde 17 de abril de 2016, no seu discurso de apologia ao torturador de Dilma Rousseff, Carlos Alberto Brilhante Ustra, Bolsonaro demonstrou sua competência para o cargo de espantinho na grande plantação chamada Brasil. Por meio de palavras condizentes com um filme de terror, conseguiu criar o estupor essencial para o controle da Nação. Não é um exagero dizer que por meio daquele discurso ele, de modo ritual, conquistou o seu cargo, o emprego como CEO da ma-

tança em curso. Ele era o homem que oligarcas e neoliberais buscavam para o trabalho sujo de vender o país e exterminar os pobres e desvalidos.

Está em curso o projeto neoliberal de destruição da Nação que hoje instrumentaliza a Covid-19 para os fins do extermínio de parte da população. A função do presidente nesse projeto é apresentar-se como

ESTÁ EM CURSO O PROJETO NEOLIBERAL DE DESTRUIÇÃO DA NAÇÃO QUE HOJE INSTRUMENTALIZA A COVID-19 PARA OS FINS DE EXTERMÍNIO

um falastrão diante das câmeras e sustentar a hipnose da Nação. Justamente para isso, ele está na posição mais visível. A posição principal, contudo, é a dos neoliberais, dos quais o ministro da Economia, Paulo Guedes, é o lacai de luxo.

Tendo isso em vista, temos que nos perguntar como essa gente toda se juntou e conquistou o poder? Como o baixo milicianato que vem do Rio, do qual provém Bolsonaro e sua família praticante de crimes

de pequena monta, fez aliança com o grande milicianato, de praticante de crimes envolvendo altos valores, mas sobretudo o grande capital nacional e internacional?

O grande milicianato capitalista é composto de donos de bancos e empresários ultraricos que praticam a extorsão, a exploração e o abuso econômico controlando tudo e todos como se faz nos bairros pobres do Rio de Janeiro – embora a Zona Sul que era a parte rica da cidade também já esteja entrando na zona de controle.

Qual a diferença entre a prática dos milicianos que controlam a distribuição de água ou gás nos bairros pobres do Rio e os donos de companhias de bebidas que pensam que a água pode ser explorada por uma empresa privada? A diferença é de proporção dos valores e também das estratégias da matança: uns matam com metralhadoras nas favelas, outros, associados a Estados imperialistas matam em guerras milionárias ou de forma indireta, deixando populações inteiras sem chance de sobreviver ou indiretamente, lançadas na fome.

Guerra direta e indireta, tecnologia do caos plantada diariamente, desobediência à Constituição, seguem ao lado de um projeto de economia política: o milicianato bolsonarista é simplesmente neoliberalismo associado à barbárie.

Evidente que grupos de extermínio estão tendo a sua fase de governo. Mas apenas porque o pequeno milicianato tem as costas quentes por parte do grande milicianato. O capitalismo é a economia política da bandidagem. •

* Filósofa, é professora universitária e escritora.



SITUAÇÃO COMPLICADA Ex-chefe da SECOM, Fábio Wajngarten, em depoimento à CPI, tentou livrar a cara do presidente mas acabou entregando o ouro e falando demais. Ofício da Pfizer ficou sem resposta durante 60 dias

AS PROVAS DA NEGLIGÊNCIA

Depoimentos do diretor da Pfizer, do ex-secretário de Comunicação do governo e do diretor da Anvisa à CPI reforçam omissão do Planalto. Governo não se importou com oferta de 70 milhões de doses. “Isso é inaceitável”, critica Humberto Costa

A CPI da Covid encerrou a semana com pelo menos duas certezas: o governo Bolsonaro não apenas foi omissivo, como negligente quanto à condução da crise sanitária, não dando a devida atenção e a menor importância à oferta de 70 milhões de doses da vacina contra a Covid oferecidas pela indústria farmacêutica Pfizer. Para integrantes da comissão, os depoimentos colhidos do diretor da Pfizer, Carlos Murilo; do ex-secretário de Comunicação da Presidência da República Fábio Wajngarten;

e do diretor da Anvisa, Antônio Barra Torres, são esclarecedores e mostram que o governo deixou de zelar pela saúde pública.

“Bolsonaro levou quase um ano - um ano! - para assinar contrato com a Pfizer”, critica Humberto Costa (PT-PE). “As tratativas para a compra de 100 milhões de doses começaram em maio de 2020, mas só em março deste ano o contrato foi fechado. Quantas vidas poderiam ter sido salvas caso não tivesse havido negligência?”, questionou. O relator Renan Calheiros (MDB-AL) também se mostrou estarecido. “O Brasil poderia ter vacinado 1,5 milhão de pesso-

as no ano passado”, disse. O país tem agora mais de 430 mil mortos vítimas da Covid.

Segundo o diretor da Pfizer, a empresa fez em 2020 ao menos cinco ofertas de doses de vacinas contra o coronavírus ao governo Bolsonaro. E tanto o Palácio do Planalto quanto o Ministério da Saúde, sob o comando do general Eduardo Pazuello, ignoraram as propostas para a aquisição de 70 milhões de unidades do imunizante. Na terça-feira, o depoimento de Fábio Wajngarten foi revelador. Ele entregou o ofício do laboratório americano com a oferta oficial ao governo brasileiro,

datado de agosto, e disse que o próprio filho do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro, esteve reunido com representantes da empresa no Palácio do Planalto.

A CPI já anunciou que pretende convocar o filho de Bolsonaro para prestar esclarecimentos. Ele é o responsável pelo perfil do pai no Twitter e no Facebook e é apontado como responsável pela política de comunicação do governo nas redes sociais. Outro que também deve ser convocado é o assessor Além de Carlos Bolsonaro, Alessandro Vieira pedirá que o assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Felipe Martins. Ele foi outro a participar da reunião com representantes da Pfizer.

“É preciso saber por que o vereador Carlos Bolsonaro participou de reunião para acertar um contrato bilionário com a Pfizer”, afirma Humberto. “O Estado brasileiro não pode ser tratado como quintal de família. Já deu. Isso explica o porquê de tanto tumulto e tanta agressão a CPI e seus membros”, criticou o parlamentar.

Na quinta-feira, 14, em um acesso de fúria durante visita a Maceió (AL), o presidente Jair Bolsonaro atacou violentamente Renan Calheiros, na tentativa de intimidá-lo. Não deu certo. “Ameaças e intimidações não irão atrapalhar as investigações da CPI”, reagiu o relator. “Não vou me intimidar. Meu trabalho é em respeito a todos que perderam suas vidas e aos familiares dessas vítimas. Iremos apurar os responsáveis por essa tragédia”.

Humberto lembrou que em 19 de dezembro do ano passado, o próprio Bolsonaro assumiu que não havia motivos para acelerar a campanha de vacinação. “A pressa da vacina não se justifica, porque mexe com a vida das pessoas”, disse em entrevista ao canal do outro filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (. “Você vai inocular

algo e o seu sistema imunológico pode reagir de forma imprevista”, comentou. “A pandemia está chegando no fim. Os números têm mostrado isso. Estamos com uma pequena ascensão agora, que pode acontecer”.

O país viveu a partir de dezembro uma segunda onda da pandemia e, de janeiro até abril, superou o número de mortos entre março e dezembro do ano passado. “Se uma nação não tem celeridade e responsabilidade para vacinar o povo no meio de uma pandemia, terá responsabilidade com o quê?”, criticou Humberto

EM DEZEMBRO, O PRÓPRIO BOLSONARO FOI CLARO, NUMA ENTREVISTA AO CANAL DE EDUARDO: “A PRESSA DA VACINA NÃO SE JUSTIFICA”

Costa. “Não se trata de descuido do governo, mas de ato intencional para contaminar a população em massa, com a teoria de imunidade de rebanho defendida por Bolsonaro”, reforça o senador Rogério Carvalho (PT-SE). Ambos são médicos.

“Bolsonaro criou uma câmara de vírus no país e largou o povo brasileiro dentro para promover a imunidade de rebanho, com contaminação em massa”, critica Carvalho. “Para isso, ele tentou proibir

o uso de máscara, boicotou vacinas, ameaçou governadores que tentaram aplicar medidas sanitárias contra o vírus, como medidas de isolamento social”.

Em fevereiro, antes da assinatura do contrato com o laboratório americano, o então ministro da Saúde reclamou publicamente das condições impostas pela empresa. “A Pfizer, mesmo que nós aceitássemos todas as condições impostas, a quantidade que nos ofereceram desde o início foi: 500 mil doses em janeiro, 500 em fevereiro e 1 milhão em março; 6 milhões no total no primeiro semestre. Senhores, nós não podíamos ficar nisso”, afirmou Pazuello em depoimento ao Senado Federal.

O líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), contestou a versão do governo de que haveria cláusulas leoninas oferecidas pela Pfizer, que teriam sido o principal impedimento para a compra das vacinas do laboratório americano ainda no ano passado. “Os contratos obedeciam a normas comuns em transações internacionais e que o Brasil exige o mesmo tipo de salvaguarda nos acordos que negocia”, lembrou. “O governo federal foi omissivo no enfrentamento à pandemia, e foi ainda mais ao negligenciar as negociações para compra de vacina”, acusa.

Os integrantes da CPI apostam que outras revelações virão nos depoimentos que serão colhidos na próxima semana. Além de Pazuello, serão ouvidos o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e a atual secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, chamada pela imprensa de Capitã Cloroquina. Ela foi uma das responsáveis pela distribuição do “kit covid” em Manaus, quando houve a crise emergencial por oxigênio, no início do ano. •



LULA: “É HORA DE DISCUTIR A NOVA GOVERNANÇA GLOBAL”

Em entrevista a ‘NewsHour’, da emissora pública dos EUA PBS, ex-presidente defende união das nações em torno de temas como combate à desigualdade e quebra de patentes de imunizantes. “Assim, 7 bilhões de pessoas terão direito a receber vacina”

A era das fake news e o discurso de ódio e intolerância trouxe retrocessos políticos e sociais ainda incalculáveis ao planeta. Nos EUA e no Brasil, a mentira e a calúnia levaram às eleições de Donald Trump e Jair Bolsonaro. Não por acaso, os líderes negociacionistas que causaram mais mortes na maior crise humanitária da história. Agora, as duas nações têm pela frente o desafio de reconstruir um ambiente de diálogo e de fraternidade. A avaliação é do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lá, o caminho foi reaberto pelo presidente Joe Biden. Em terras brasileiras, a causa deve ser abraçada pelo PT, aponta.

Em entrevista ao programa NewsHour, da rede pública es-

tadunidense PBS, na noite de quinta-feira, 13, Lula demonstrou preocupação com a crise sanitária no Brasil e no mundo. Ele defendeu a quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19 por meio de uma nova governança global, elogiou a nova política social de Biden e voltou a condenar a omissão de Bolsonaro na pandemia. “Cientistas no Brasil não foram levados à sério pela falta de responsabilidade de Bolsonaro, e agora ele tenta se recuperar diante de tantas perdas”, lamentou. A seguir, trechos da entrevista.

Esperança no Brasil

Na conversa com a jornalista Amna Nawaz, Lula expôs as dificuldades que Brasil e EUA terão para pacificar seus povos, vítimas de uma venenosa polarização de

extrema direita. No caso americano, será um árduo caminho para o democrata. “Isso é algo que Biden terá de enfrentar, ele terá de desfazer as correntes de ódio criadas por Trump”, afirmou. Segundo o ex-presidente é preciso “construir uma nova sociedade baseada em paz, amor e humanidade”.

Para Lula, está mais do que na hora de o Brasil voltar a sonhar, de ter esperança de dias melhores, com emprego e comida na mesa do trabalhador. “Quando fui presidente, tivemos a maior inclusão social da história. Tiramos 36 milhões de pessoas da pobreza e incluímos outros 40 milhões na classe média. Criamos 21 milhões de empregos, colocamos milhões de jovens na universidade pública”, disse Lula,

explicando porque o PT fará muito mais se tiver a chance. “Nós vamos fazer mais e melhor, por isso o PT quer voltar à Presidência, para redemocratizar o nosso país”, declarou.

Para isso, é preciso discutir com a sociedade os caminhos de reconstrução do país. E isso deve ser feito já. O primeiro passo é trazer vacinas suficientes para toda a população e criar protocolos sanitários. “Tanto Trump quanto Bolsonaro não respeitaram a vida da população”, lamentou. “Nós não discutimos a ciência, não criamos um protocolo, não reunimos os especialistas”. “Temos de garantir o que for necessário para vacinar todas as pessoas no Brasil, manter medidas de isolamento social e evitar aglomerações o máximo possível”, recomendou.

Lula também elencou medidas de emergência para fazer frente aos efeitos sociais da crise. “Temos de criar as condições adequadas para garantir ajuda aos que estão desempregados, para que possam comer. Também temos de assegurar crédito especial para que pequenos e médio negócios possam continuar operando. Precisamos aumentar a base monetária, como Biden já está fazendo na economia, para que possamos oferecer condições para a população sobreviver”, observou.

Por uma nova governança global

Na avaliação de Lula, o mundo não pode mais adiar a busca por uma solução conjunta para o enfrentamento da pandemia e seus efeitos sobre o mundo desenvolvido e as nações mais pobres. “É preciso discutir uma nova governança mundial. Já foi provado que, quando a pandemia chegou, os países não estavam preparados. Cada um tentou achar uma solução por conta própria.

Não há saída individual para essa crise, precisamos tomar decisões que beneficiem todos os países”, sustenta. Ele defende que líderes mundiais discutam soluções como a quebra de patentes de vacinas. “Seja pelo G20, G8 ou pelas Nações Unidas”, declarou. “Assim, 7 bilhões de pessoas terão direito a receber vacina”.

Biden, América Latina e cooperação

Lula afirmou que, se o Brasil hoje está isolado nas relações internacionais, a responsabilidade é de Bolsonaro - “não conversa com ninguém”. Sobre Joe Biden, ele se disse feliz com os planos do presidente de fazer uma administração voltada ao social, para os interesses do povo americano, especialmente os desamparados.

“Mas [no campo externo] Biden precisa se voltar um pouco mais para a América Latina, porque presidentes americanos... eles se esquecem da América Latina”, alfinetou. Ele brincou, afirmando que, no passado, os americanos se preocupavam demais com russos e terroristas.

“Agora, estão muito preocupados com a China. É necessário lembrar que há muito mais gente que no mundo. E muita gente que não é terrorista”, comentou. “Os EUA precisam entender que uma boa política internacional é baseada na cooperação. Eles precisam ser parceiros de seus aliados para contribuir”.

Um olhar mais multilateral das potências na direção das nações em desenvolvimento só tem a favorecer o planeta. “Países pobres podem crescer em termos econômicos. E, quanto mais crescerem economicamente, melhores serão para os EUA”, comparou. “Os americanos crescem, os chineses crescem, os alemães”, enumerou, antes de concluir: “É necessário compartilhar riqueza”. •

DATAFOLHA TRAZ LULA COM 55%

Bolsonaro enfrenta pior momento e chega a 32% dos votos

A sucessão presidencial esquentada e o favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se amplia, de acordo com pesquisa Datafolha. Ele está na liderança das intenções de voto, com vantagem de 18 pontos percentuais em relação a Jair Bolsonaro.

Na pesquisa divulgada na quinta, 13, Lula tem 41% das intenções de voto no primeiro turno, contra 23% de Bolsonaro. Em um eventual segundo turno, o petista teria vantagem de 55% a 32%. A pesquisa foi realizada com 2.071 pessoas, de forma presencial, em 146 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

O ex-ministro Sergio Moro aparece com 7% das intenções de voto, seguido pelo ex-ministro Ciro Gomes (PDT), com 6%. O apresentador de TV Luciano Huck tem 4% e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), 3%. Com 2%, aparecem empatados o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM) e João Amoêdo (Novo). Outros 9% dos entrevistados informaram que votariam em branco ou nulo, e 4% estão indecisos.

No segundo turno, Lula herdaria votos dados a Doria, Ciro e Huck, e Bolsonaro teria os de Moro. O petista ganha de Moro (53% a 33%) e Doria (57% a 21%) caso enfrentasse esses candidatos no segundo turno. Já Bolsonaro empataria tecnicamente com Doria (39% a 40%) e perderia para Ciro (36% a 48%). •



CORRUPÇÃO: O ORÇAMENTO SECRETO DE BOLSONARO PARA SEUS ALIADOS

Esquema de R\$ 3 bilhões é comparado ao caso dos “Anões do Orçamento” e deve ser investigado pelo Tribunal de Contas da União. O escândalo foi apelidado de ‘tratoração’. PT quer convocar ministro Rogério Marinho e apurar as denúncias

O presidente Jair Bolsonaro passou os últimos dois anos repetindo em alto e bom som que não havia um único caso de corrupção no governo. Agora, tem um escândalo para chamar de seu. No último domingo, 9, o jornal O Estado de S.Paulo revelou um esquema, montado no Palácio do Planalto, para a compra do apoio de parlamentares no Congresso Nacional. A denúncia envolve o uso de um orçamento secreto no valor R\$ 3 bilhões para contemplar ações de parlamentares bolsonaristas e do Centrão em

troca de apoio político ao governo.

O deputado Rogério Corrêa (PT-MG) apresentou requerimento, no dia seguinte para que o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, seja convocado a esclarecer a denúncia. “Este arranjo espúrio, além de ferir gravemente as normas constitucionais que define as emendas parlamentares impositivas, dificulta a fiscalização e controle por parte do TCU e da sociedade, configurando grave interferência na independência e equilíbrio entre os Poderes da República, além da ineficiência alocativa dos re-

ursos públicos”, critica o petista.

A denúncia se agrava porque o jornal levanta indícios de que, dos R\$ 3 bilhões do orçamento secreto, pelo menos R\$ 271 milhões foram utilizados para a compra de tratores, retroescavadeiras e equipamentos agrícolas por valores até 259% acima dos fixados pelo próprio governo. A comprovação do esquema aparece em 101 ofícios enviados por deputados e senadores ao Ministério de Desenvolvimento Regional e órgãos vinculados, com as indicações de como seriam aplicados tais recursos.

“A ‘nova política’ de Bolsonaro é distribuir R\$ 3 bilhões para aliados por debaixo dos panos, num esquema que envolve um orçamento secreto para fins suspeitos, como tratores superfaturados e repasses de verba para outros estados, longe das bases dos parlamentares”, criticou o senador Humberto Costa (PT-PE). O deputado José Guimarães (PT-CE) também foi outro a criticar o esquema, apelidado de “tratoração” pela mídia. “O governo Bolsonaro topa tudo para evitar o impeachment. Queria ver esse empenho para comprar vacina e pagar auxílio emergencial digno”, atacou.

O esquema foi organizado a partir de uma taxa de fidelidade nas votações do Congresso. De acordo com o jornal *O Globo*, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), participou das negociações para a liberação de recursos a aliados. Presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI) também teve direito a indicar recursos. Somente na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), estatal controlada pelo Centrão, foram destinados R\$ 30 milhões para a base do senador.

Segundo o jornal, enquanto contemplava aliados na Câmara e no Senado com emendas, o governo mantinha um monitoramento da fidelidade dos parlamentares

O ESQUEMA FOI ORGANIZADO DENTRO DO PALÁCIO DO PLANALTO A PARTIR DE TAXA DE FIDELIDADE NAS VOTAÇÕES DO CONGRESSO

a seus projetos. Fichas mostram como a Secretaria de Governo, na gestão do então General Luiz Eduardo Ramos, fazia o acompanhamento da atuação de aliados no Congresso, com pontuação para posicionamento a favor e contra o Planalto nos principais temas. A fidelidade foi um dos critérios para congressistas conseguirem melhor trânsito no governo, com possibilidade de liberação de emendas e indicação para cargos.

Dentre os casos de atropelo orçamentário do esquema de cor-

rupção destaca-se a determinação do uso de R\$ 277 milhões de verbas públicas do Ministério de Desenvolvimento Regional pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). Desse total, R\$ 81 milhões foram destinados à Codevasf, estatal controlada pelo próprio Alcolumbre e outros integrantes do Centrão.

Com o aval do Palácio do Planalto, o deputado Lucio Mosquinho (MDB-RO) destinou R\$ 8 milhões para pagar R\$ 359 mil por um trator, que não sairia por mais de R\$ 100 mil. Também os deputados do Solidariedade Otaci Nascimento (RR) e Bosco Saraiva (AM) avaliaram juntos a compra de máquinas agrícolas no valor de R\$ 4 milhões. Segundo a tabela do governo, esse maquinário deveria ser comprado por R\$ 2,8 milhões.

O esquema de Bolsonaro já está sendo comparado ao escândalo dos “Anões do Orçamento”, que no início dos anos 1990 culminou na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e resultou na cassação de seis deputados. Outros quatro parlamentares renunciaram ao mandato antes da conclusão das investigações.

A CPI dos Anões investigou um esquema de uso de emendas parlamentares para engordar as contas bancárias de congressistas. As ações eram incluídas nas despesas do governo durante a votação do Orçamento e, depois, os parlamentares usavam sua influência para direcionar as concorrências e favorecer empreiteiras, que brindavam seus “patrocinadores” com uma parte do valor.

O esquema que beneficia o governo Bolsonaro já está na mira do Tribunal de Contas da União (TCU). O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado solicitou ao órgão que apure a reserva de R\$ 3 bilhões do Orçamento de 2020 para deputados e senadores indicarem a destinação recursos para obras e compras de equipamentos em municípios. •



CONVOCAÇÃO O deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou requerimento para ouvir o ministro Rogério Marinho

Agência Câmara



Foto: Rede Brasil Atual

GOLPE DE 2016

O POVO FORA DO ORÇAMENTO

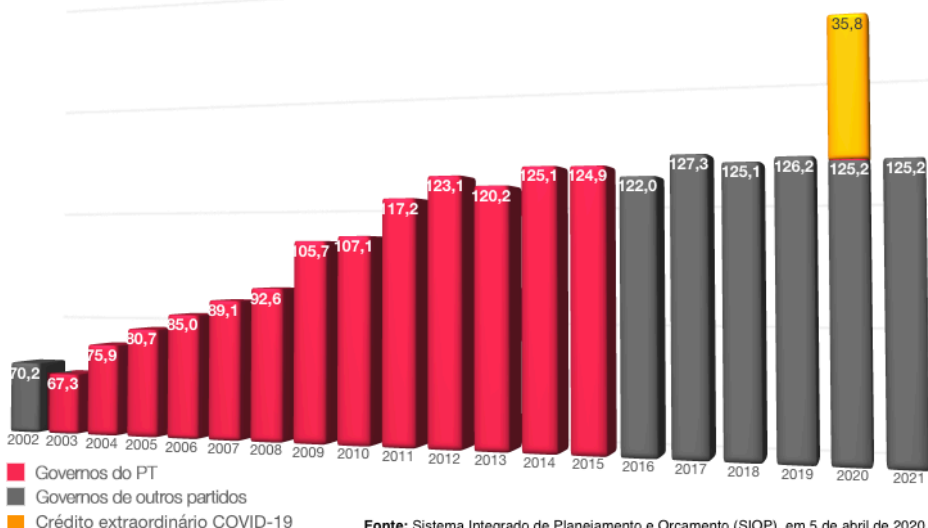
As escolhas dos governos Temer e Bolsonaro mostram o indizível: a redução deliberada de recursos que permitiriam minimizar a exclusão e a desigualdade, com cortes expressivos na saúde, educação, cultura, moradia popular, trabalho e assistência social. Os dados mostram o progressivo corte de verbas para os programas sociais

A última quarta-feira, 12, marcou a passagem do quinto ano do Golpe de 2016, que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República e abriu a porta para a ascensão da extrema-direita e do governo Jair Bolsonaro. Além do ataque à soberania do voto popular, o impeachment fraudulento da primeira mulher eleita e reeleita da história da República - com 54,5 milhões de votos - permitiu a adoção da agenda neoliberal, derrotada nas urnas desde 2002. O predomínio da política econômica da austeridade fiscal e privatizante representou a retirada do pobre do Orçamento da União, com retrocessos graves nas políticas sociais.

A então presidenta Dilma Rousseff foi profética ao denunciar a manobra, em 12 de maio, logo após o Senado anunciar o seu afastamento do cargo. "O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a popula-

Evolução das Despesas Empenhadas em Saúde

Em R\$ bilhões de 2020



Deflator utilizado: IPCA médio.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), em 5 de abril de 2020. Para 2002 a 2020: recursos empenhados. Para 2021: LOA

ção, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida", disse. "O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais".

O Orçamento da União é o instrumento político que reflete as escolhas e prioridades dos que estão à frente do governo federal e das forças políticas que os apoiam. Por isso, durante os 13 anos do PT no Palácio do Planalto, a parcela das receitas do Estado destinadas ao atendimento das demandas da população cresceu continuamente. Havia uma prio-

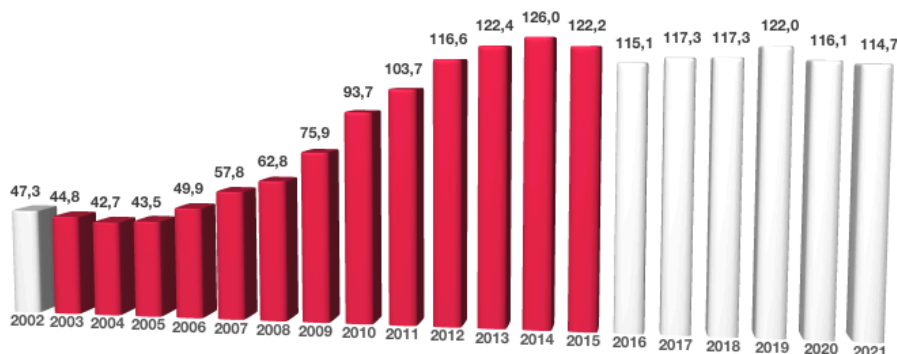
riedade - colocar o povo no orçamento. A partir do golpe, tudo mudou.

Os limites aos gastos impostos pela Emenda Constitucional 95, aprovada pelo Congresso em 2016, logo após a consagração do impeachment pelo Senado - e as escolhas políticas dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro mostram que o povo está sendo arrancado do Orçamento, paulatinamente, ano após ano. As demandas e interesses da população foram colocadas em segundo plano, subordinando os direitos sociais do povo às metas de ajuste fiscal e aos interesses do mercado financeiro. Nos cinco anos pós-golpe, impôs-se a redução dos recursos para políticas estruturantes que garantem direitos de proteção social e reduzem desigualdades sociais no Brasil.

Os dados são claros e os gráficos mostram a fotografia incontestável da trágica e bem sucedida estratégia dos conservadores de desconstrução de sistemas estatais de assistência e proteção e os retrocessos nos programas sociais, impostos pelos governos Temer e Bolsonaro. Crescentemente, o povo está sendo excluído do orçamento.

Evolução do Orçamento do MEC

Em R\$ bilhões de 2020



■ Governos do PT
Deflator utilizado: IPCA médio.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), em 5 de abril de 2020. Para 2002 a 2020: recursos empenhados. Para 2021: LOA

MORADIA POPULAR

Entre 2013 e 2015, Dilma entregou milhares de chaves de imóveis do programa Minha Casa Minha Vida.

Em cinco anos, o programa foi destruído pelo estrangulamento de recursos executado pelos governos Temer e Bolsonaro



O congelamento dos gastos em saúde, ainda que em termos reais, imposto pela Emenda do Teto dos Gastos, tem duas implicações imediatas: diminuiu o gasto público per capita e dificultou a incorporação de novos equipamentos, processos e medicamentos. Em outras palavras, instituíram o desfinanciamento do SUS, tarefa executada com maestria nos cinco anos pós-golpe. A curva ascendente de investimentos em saúde chegou a um platô a partir de 2016 e não mais subiu - com exceção de 2020, quando houve o incremento do orçamento para o enfrentamento da pandemia. Ainda assim, o que se constata é paralisia dos investimentos.

Na educação, a situação é mais grave. A partir de 2016, os investimentos no ensino público passaram a decrescer. Em 2020, os gastos foram 5% menores que no último ano do governo Dilma. A previsão para 2021 é aprofundar tais perdas. O ano de 2019 foi fora desta tendência, devido ao aumento no complemento do Fundeb por causa do leilão do pré-sal e à alocação de quase R\$ 1 bilhão de emendas parlamen-

tares, mais que o dobro do ano anterior. Isso expressa um dos riscos da atual política de alocação orçamentária, que aumenta a incerteza quanto à continuidade do gasto.

Outra área diretamente afetada pelos cortes no orçamento é a assistência social. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) está sendo asfixiado em termos orçamentários. Entre 2016 e 2020, o volume de dinheiro diminuiu para menos da metade do empenhado em 2014. Em 2021, a Lei Orçamentária prevê apenas 21% daquele montante. Isso significa menos unidades públicas e serviços, menos profissionais atuando nos municípios e menos pessoas e famílias sendo atendidas na proteção e promo-

ção de seus direitos.

Na área da cultura, os cortes foram mais agressivos e severos. No governo Temer, os recursos para a cultura permaneceram relativamente estáveis, mas entre 20% e 30% menor que em 2015, último ano antes do golpe. No governo Bolsonaro, o tamanho do desprezo pela cultura se expressou em um corte brutal no orçamento, que perdeu quase 80% em relação ao investido em 2015. O orçamento previsto na Lei Orçamentária de 2021 é do mesmo tamanho do valor investido no último ano do governo FHC, em 2002. Um retrocesso de vinte anos.

Outra área duramente atingida é a do trabalho. Excluídos os gastos obrigatórios com seguro desemprego e abono salarial, as

**CADA VEZ HÁ
MENOS RECURSOS
ORÇAMENTÁRIOS
PARA ATENDER
AS NECESSIDADES
DA POPULAÇÃO E
IMPULSIONAR O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

despesas discricionárias da função trabalho estão em trajetória decrescente desde 2016. Isto significa asfixia de gastos com fiscalização do trabalho, enfrentamento ao trabalho escravo, entre outras políticas públicas. As despesas dos três primeiros anos do governo Bolsonaro correspondem ao total gasto em 2011, primeiro ano do governo Dilma.

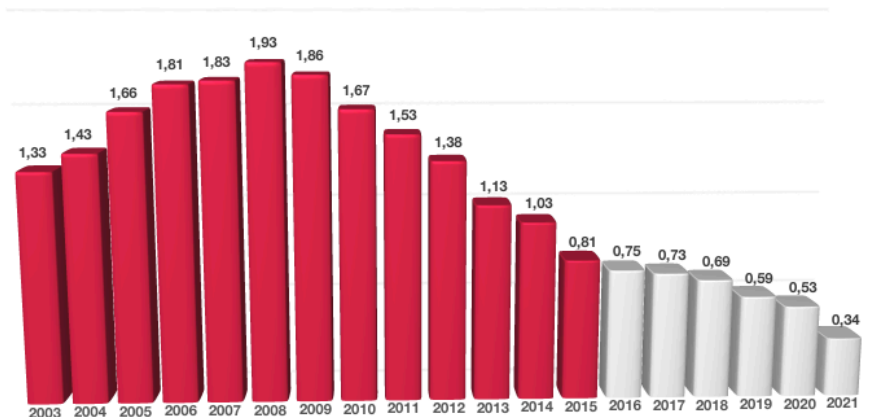
No setor de moradia popular, também há uma política de desmonte. Uma das medidas mais importantes para garantir o direito à habitação foi a alocação, a partir de 2009, de recursos expressivos no Orçamento da União para apoiar a construção de moradias de interesse social. Assim nasceu o programa Minha Casa Minha Vida, que se tornou a maior política pública de construção habitacional da história do Brasil. Os governos Temer e Bolsonaro praticamente extinguiram os recursos para investimento em moradia de interesse social e mataram o Minha Casa Minha Vida.

Cada vez há menos recursos orçamentários para atender as necessidades da população e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Depois de o golpe cassar ilegalmente o mandato de Dilma, disseram que era necessário fazer a reforma trabalhista. Depois, que era necessário fazer a reforma da Previdência. Mais adiante, que era necessário privatizar as empresas públicas, em especial as ligadas à Petrobras. Em seguida, que era necessário a independência do Banco Central. E, agora, que é necessário fazer a reforma administrativa.

A sucessão de desculpas tenta acobertar o descalabro. Os dados mostram um continuado processo de escolhas políticas cujo resultado é menos povo e mais juros e amortizações da dívida e gastos com defesa nacional no Orçamento da União. •

Evolução das Despesas Discricionárias da Função Trabalho

Em R\$ bilhões de 2020

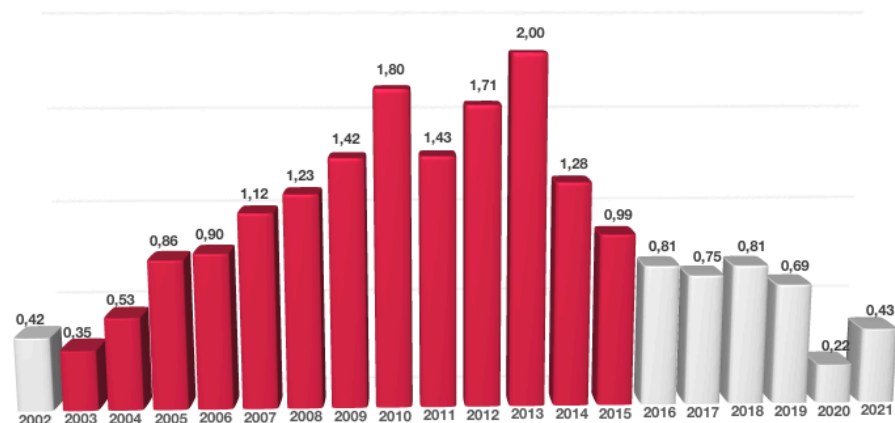


■ Governos do PT
Deflator utilizado: IPCA médio.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), em 5 de abril de 2020. Para 2002 a 2020: recursos empenhados. Para 2021: LOA

Evolução das Despesas Discricionárias da Função Cultura

Em R\$ bilhões de 2020



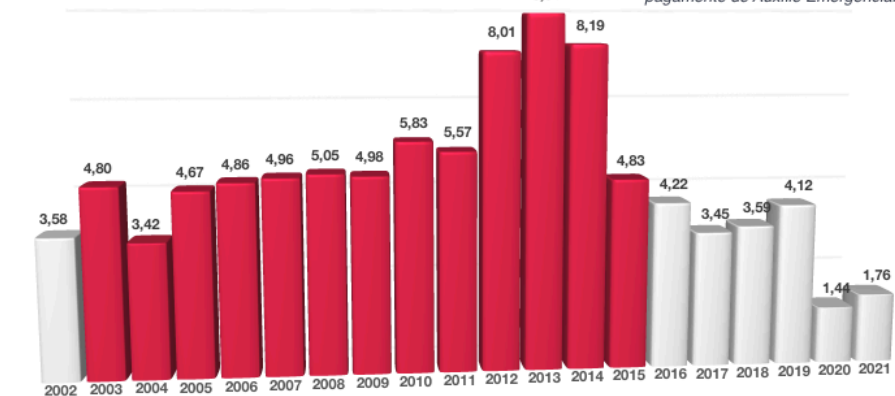
■ Governos do PT
Deflator utilizado: IPCA médio.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), em 5 de abril de 2020. Para 2002 a 2020: recursos empenhados. Para 2021: LOA

Evolução das Despesas Discricionárias da Função Assistência Social*

Em R\$ bilhões de 2020

Em 2020, foram gastos R\$ 298,6 bilhões adicionais na função Assistência, para pagamento do Auxílio Emergencial.



■ Governos do PT
Deflator utilizado: IPCA médio.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), em 5 de abril de 2020. Para 2002 a 2020: recursos empenhados. Para 2021: LOA



Roberto Stuckert Filho

GOLPE DE 2016

DEUTSCHE WELLE DIZ QUE O BRASIL PIOROU

Agência alemã de notícias aponta que o PIB per capita é menor que antes do impeachment, a desigualdade e a pobreza estão em alta, e a democracia se deteriorou no país. O Brasil não retornou ainda ao nível da economia que tinha na década passada

Em 12 de maio de 2016, o Senado Federal afastava a então presidente Dilma Rousseff do cargo para dar continuidade ao processo de impeachment, concluído três meses depois. Nesses cinco anos, que abrangem a eleição de um

presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, e a eclosão de uma pandemia mundial, o Brasil ainda não retomou o nível econômico que tinha no início da década passada, viu a pobreza e a desigualdade aumentarem e seus fundamentos democráticos se erodirem.

Um dos motivos da queda de Dilma foi a recessão iniciada em 2015, no primeiro ano de seu segundo mandato, quando o PIB encolheu 3,8% em relação ao ano anterior. Em 2016, houve nova retração na economia, de 3,6%. Foi a pior recessão da história do Brasil, provocada por diminuição de investimentos, erosão dos fundamentos econômicos, crise de confiança, instabilidade política, escândalo da Petrobras e fim do ciclo das commodities.

De 2017 a 2019, houve leve recuperação, com crescimento anual próximo de 1%, insuficiente para recuperar o terreno perdido. No início de 2020, no governo Bolsonaro e antes da pandemia, o país já estava entrando em recessão novamente. O pânico global provocado pela Covid-19 e restrições à movimentação de pessoas acentuaram a recessão em 2020, quando o PIB caiu 4,1%. O resultado só não foi pior devido a generosos gastos públicos com o auxílio emergencial e apoio a empresas e a estados.

O desempenho pífio do PIB nos últimos anos fica mais evidente quando ele é dividido pelo número de habitantes do Brasil e atualizado pela inflação. O PIB per capita, atualizado para valores de 2020, foi de R\$ 35,2 mil no ano passado, 11% menor do que o de 2012, quando era de R\$ 39,6 mil.

A trajetória da desigualdade, medida pelo índice de Gini, também é de piora nos últimos anos. Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, mais desigual é a distribuição da renda. O Gini atingiu sua mínima da série história em 2015, com 0,525. Em 2016, ano do afastamento e posterior impeachment de Dilma, e sob efeito da recessão econômica, acelerou para 0,538 e seguiu crescendo até 2018, quando atingiu 0,545. Em 2019, oscilou para 0,543. O dado para 2020 ainda não está disponível.

Bruno Lazzarotti, pesquisador

da Fundação João Pinheiro e coordenador do Observatório das Desigualdades, afirma que o Gini caiu até 2015 por uma combinação de fatores, entre eles os aumentos reais do salário mínimo, que funciona também como referência para outras rendas como aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada, e a expansão do mercado de trabalho em setores intensivos em mão de obra, como construção civil.

“Isso não transferiu renda do topo, mas aumentou a renda rela-

A DESIGUALDADE CRESCER, ASSIM COMO A POBREZA E A MISÉRIA, DESDE A QUEDA DE DILMA. A RENDA PER CAPITA MÉDIA NO BRASIL CAIU 11% DESDE 2012

tiva da base da distribuição. Você eleva a renda dos mais pobres, ainda que não tenha retirado renda dos mais ricos”, diz. A trajetória foi favorecida por políticas de proteção do mercado de trabalho, como a PEC das Domésticas, que entrou em vigor em 2013.

A desigualdade seguiu em alta nos anos seguintes, como resultado de crescimento fraco, redução dos investimentos públicos, flexibilização do mercado de trabalho, redução dos gastos com o Bolsa Família e outras políticas sociais e

turbulência política. A leve queda do Gini em 2019 pode ser consequência de breve reativamento do mercado do trabalho ou apenas uma estabilização nesse patamar mais alto de desigualdade.

Por motivos semelhantes, a pobreza também apresenta trajetória de alta a partir de 2015, e caiu de forma abrupta durante a pandemia por causa do auxílio emergencial. Mas a redução à metade do valor do benefício nos últimos quatro meses de 2020, seguida pela sua interrupção por três meses em 2021 e a retomada com um valor ainda mais baixo, em um momento em que o mercado de trabalho e a economia ainda estão frágeis, deve levar a uma alta considerável da pobreza neste ano.

Outro aspecto no qual o Brasil viveu muitas mudanças nesses últimos cinco anos foi a qualidade de sua democracia, que já vinha se deteriorando desde 2015 e piorou com a eleição de Bolsonaro. O instituto V-Dem, sediado na Suécia, produz indicadores relacionados à qualidade da democracia e da liberdade para cada país. Um deles é o índice de democracia liberal, que combina aspectos como qualidade das eleições, direitos individuais, liberdade de imprensa e de associação, capacidade de instituições controlarem o governo, respeito à lei e independência do Judiciário. Quanto mais próximo de 1, melhor a condição da democracia no país.

O Brasil tinha uma pontuação de 0,789 em 2012, desceu a 0,626 em 2017 e em 2020 pontuou 0,511. No seu relatório do ano passado, o V-Dem destacou que o Brasil estava entre os dez países com a maior piora nesse índice. O padrão é semelhante nessas nações: “O governante primeiro ataca a mídia e a sociedade civil, polariza as sociedades desrespeitando oponentes e espalhando informações falsas, e aí passa a enfraquecer as instituições formais”. •



OUTROS TEMPOS Em 2010, o então presidente Lula recebe vacina para a gripe do então governador José Serra. Brasil imunizou 92 milhões de pessoas em apenas três meses. O segredo: compromisso do governo federal

GOLPE DE 2016

EM DEZ ANOS, A NAÇÃO REGREDIU EM LIDAR COM UMA PANDEMIA

A inépcia no enfrentamento da crise não decorre apenas da incompetência de Bolsonaro. A tragédia humanitária que o país vive é resultado de escolhas. O governo escolheu alcançar a “imunidade de rebanho”, independente do custo em vidas

Por Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Saúde da Fundação Perseu Abramo

Em abril de 2009, Organização Mundial da Saúde declarou o surto causado pela H1N1 como “emergência de saúde pública de âmbito internacional”. Em maio de 2009, a doença chegou ao Brasil. Um ano de-

pois, em maio de 2010, após três meses de campanha de vacinação, Brasil bateu a meta, com a imunização de 92 milhões de pessoas. Ao vacinar percentual da população superior a qualquer outro país do mundo naquela que era, até então, a maior campanha de vacinação

em massa do século 21, em um ano Brasil debelou a pandemia.

Os segredos do sucesso no enfrentamento da H1N1 foram coordenação federal das ações de contenção e mitigação; recursos para compra de equipamentos, insumos e medicamentos no tempo

certo; compra de vacinas com antecedência, de vários laboratórios e com transferência de tecnologia para o Butantan; recursos para Fio-cruz produzir o kit de medicamento com eficiência comprovada, distribuído para estados e municípios e colocado à disposição na rede de Farmácia Popular; campanha de comunicação sobre a vacina, para enfrentar fake news; mobilização de ampla estrutura para a vacinação, com calendário definido previamente e coordenação do Programa Nacional de Imunização. Tudo coordenado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Se tinha experiência de sucesso no enfrentamento à pandemias, porque o Brasil falhou tanto no enfrentamento à Covid-19? Porque chegamos a quase 15 milhões de adoecidos e ultrapassamos as 400 mil mortes em abril de 2021, em 13 meses de pandemia?

A inépcia no enfrentamento da crise sanitária não decorre da incompetência do governo, ainda que ela exista. A tragédia humanitária que o Brasil vive é resultado de escolhas. O governo Bolsonaro escolheu a estratégia de alcançar a “imunidade de rebanho” natural e não por meio de vacinas, independente do custo em vidas dessa escolha. Presidente fruto da onda antidemocrática resultante do Golpe de 2016, Bolsonaro escolheu promover o genocídio do povo brasileiro.

Um presidente a favor do vírus

Sob inspiração do ex-presidente Donald Trump, desde o início da pandemia Bolsonaro age em favor da disseminação do vírus e contra medidas de enfrentamento da pandemia. Sua atitude negacionista, de recusar o uso da máscara e incentivar aglomerações, é reconhecida e criticada em todo o mundo. Seu contínuo embate contra governadores e prefeitos, transforman-

do medidas recomendadas pela ciência em estratégias de opositores para prejudicar seu governo e ameaçando intervir nas decisões, tomadas com respaldo do Supremo Tribunal Federal, criou um ambiente de desconfiança e dúvida na população, bombardeada por demonstrações opostas de seus líderes, levando a uma descoordenação nacional que impede a implantação de um plano articulado de enfrentamento da pandemia.

O incentivo ao uso de medi-

BOLSONARO INCENTIVO O USO DE MEDICAMENTOS SEM EFICÁCIA COMPROVADA PARA COVID-19 DESDE OS PRIMÓRDIOS DA PANDEMIA

camentos sem eficácia comprovada no tratamento da Covid-19, o mais “famoso” dos quais é a cloroquina, fez parte, desde os primórdios da pandemia, da estratégia de Bolsonaro de disseminar desinformação e transmitir a sensação de que as pessoas estariam seguras mesmo se expondo sem proteção.

Expressivo volume de recursos públicos foram destinados para a produção e compra de quantidades injustificáveis de medicamentos - o Exército che-

gou a ter estoque de cloroquina equivalente a 18 anos de uso.

Propositalmente, Bolsonaro criou enorme confusão entre tratamento preventivo e tratamento precoce, levando um sem número de brasileiros a se automedicarem com substâncias sem eficácia, e a retardarem a procura do sistema de saúde, com impactos sobre a progressão da doença.

Isto poderá ter efeitos mais graves, só perceptíveis o futuro, sobre a saúde individual pelo uso excessivo de medicamentos, cuja recomendação é para outras patologias. O Ministério da Saúde produziu e chegou a disponibilizar um aplicativo para “facilitar” o diagnóstico e a distribuição do chamado “Kit Covid”, objeto também de distribuição na rede pública de saúde de Manaus, às vésperas da crise de falta de oxigênio, em janeiro de 2021.

Coerente com a negativa de Bolsonaro de reconhecer a gravidade da doença - a “gripezinha” em um de seus primeiros pronunciamentos sobre o tema -, seu governo retardou, ao máximo, a realização de campanhas informativas sobre a doença. Omitiu-se diante da disseminação de informações falsas e distorcidas sobre a Covid-19, estratégias de prevenção e tratamento. Em março de 2020, chegou a iniciar uma campanha incentivando o fim do isolamento social, denominada “o Brasil não pode parar”. Somente em abril de 2021, um ano após o início da pandemia, foi lançada a primeira campanha nas redes sociais do governo e do Ministério da Saúde em defesa de medidas preventivas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde.

Bolsonaro patrocina uma guerra de comunicação a favor de sua estratégia de “imunização de rebanho”. Não se trata de inépcia. É escolha política, feita por um presidente genocida.



SEM PREOCUPAÇÃO

O ministro Paulo Guedes chegou a declarar no início da pandemia que a crise passaria rapidamente e não haveria necessidade de adotar medidas de proteção social aos trabalhadores. Ele foi contra o auxílio emergencial de R\$ 600

Fracasso no enfrentamento da pandemia

A existência do SUS, com sua capilaridade e histórico de construção e implementação de políticas consensuais entre União, estados e municípios, poderia ter sido um diferencial ao enfrentamento da Covid-19. Não foi isso que ocorreu. A inação do Ministério da Saúde, com trocas de comando e adoção de uma gestão militarizada, criou um vácuo de coordenação.

O governo Bolsonaro não definiu estratégias e medidas comuns ao país para contenção e mitigação da pandemia. Não organizou uma ampla estratégia de testagem no momento oportuno, não planejou a compra de respiradores, equipamentos de proteção individual, medicamentos, seringas e agulhas, o que gerou desequilíbrio de preços e oferta de insumos hospitalares.

Somente três meses após o início da pandemia, regulamentou os hospitais de campanha, para recebimento de recursos federais – Portaria 1.514/2020. Em agosto de 2020, o Ministério da Saúde cancelou a importação do chamado kit

intubação, medicamentos essenciais para o tratamento, nas UTIs, de pacientes em estado grave.

A liberação de recursos para estados e municípios avançou em ritmo lento, descontínuo e sem uma programação condizente com as necessidades do desenvolvimento da pandemia. Por duas vezes, em relatórios divulgados

A LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS AVANÇOU EM RITMO LENTO, DESCONTÍNUO E SEM UMA PROGRAMAÇÃO

em junho e dezembro de 2020, o Tribunal de Contas da União apontou a omissão do governo federal.

Nada se alterou e, com a expiração dos recursos extraordinários em 2020, o segundo ano da pandemia foi iniciado com menos leitos para atender à doença.

Na falta de diretrizes federais, estados e municípios passaram a atuar de forma fragmentada, com menor eficácia do que se atuassem com base em uma coordenação federal. O Ministério da Saúde não assumiu seu papel porque seguiu ordens do presidente Bolsonaro para não fazê-lo. Além de não proteger vidas, Bolsonaro trabalha para avançar o número de mortes.

Insuficiência das medidas de apoio à população

Vencido pela pressão da sociedade e pela ação do Congresso, o governo Bolsonaro implementou ações de proteção à renda e ao emprego, para apoiar a população durante as medidas de isolamento social. O necessário investimento foi expressivo – R\$ 524 bilhões para enfrentar a pandemia, R\$ 293 bilhões dos quais para pagamento do auxílio emergencial. Certamente mais poderia

ter sido feito, em especial em relação ao apoio às micro e pequenas empresas e ao programa de proteção ao emprego, mas essas medidas conseguiram evitar o aumento ainda maior da pobreza e a queda mais expressiva do PIB.

Seu impacto sobre o enfrentamento da pandemia, contudo, ficou muito aquém do esperado. Isto porque foram implementadas de forma descoordenada com as medidas da área de saúde, sem vinculação com a adoção, pelos beneficiários, de medidas de isolamento e de prevenção.

Ao contrário, coerente com o discurso negacionista de Bolsonaro e de seu governo, este investimento social foi apresentado como medida para acelerar a volta ao trabalho e a retomada do funcionamento da economia. Nem a estratégia de isolamento vertical, tese levantada pelo governo chegou a ser adotada adequadamente. Para essa estratégia seria necessária a compra de testes suficientes para realização dos bloqueios e isolamentos necessários, o que não foi feito.

Esta descoordenação se expressa também na decisão de Bolsonaro de permitir o encerramento das medidas ao final de 2020, como se a pandemia tivesse data para terminar. Ele postergou o máximo possível a renovação de todas, mesmo o Brasil vivendo o pior momento da pandemia no início de 2021. O auxílio emergencial somente voltou a ser pago em abril de 2021, deixando a população sem proteção por três meses. Sua descontinuidade, diminuição do valor e dificuldade de acesso a grande parte da população, entretanto, têm acelerado o aumento da fome, que é o problema cotidiano de milhões de brasileiros.

Faltou consistência na proteção ao trabalho e renda dos brasileiros porque Bolsonaro e seu governo discordavam da necessi-

dade desta ação. E, obrigados a agir, quebraram seu vínculo com medidas da área de saúde. Boicotaram as medidas de proteção, porque o presidente sempre defendeu que a economia estava à frente das vidas.

Omissão na compra de vacinas

Se é verdade que as vacinas contra Covid-19 somente se tornaram disponíveis ao final de 2020, também é verdade que o governo Bolsonaro agiu de forma

FALTOU CONSISTÊNCIA NA PROTEÇÃO AO TRABALHO E RENDA DOS BRASILEIROS. GOVERNO DISCORDA DESSE TIPO DE AÇÃO

irresponsável e atrasada na busca de alternativas para imunizar a população. O primeiro Plano de Imunização foi apresentado somente a partir de determinação do Supremo Tribunal Federal.

Em realidade, o governo jamais se preocupou com uma estratégia consistente para imunização da população. No segundo semestre de 2020, o Brasil participou de estudos da fase 3 de quatro vacinas, o que o habilitava a ter preferência na aquisição desses imunizantes. Embora

tenha recebido propostas para adquirir estoques dessas vacinas, por incompetência logística ou preconceito ideológico, recusou as ofertas. Recursos mais expressivos para aquisição de vacinas somente foram alocados no orçamento em dezembro de 2020 por meio da MP 1.015, quando o STF cobrava o plano de imunização.

O governo apostava em uma única vacina produzida pela Fiocruz que, mesmo muito importante, não teria capacidade de ser produzida para toda a população brasileira. Havia necessidade, ainda em 2020, de abrir diálogos com todas as possibilidades que surgiam. Tardou negociar com Butantan e até com a OMS, tendo aderido ao COVAX Facility apenas no último dia e no limite mínimo de doses. E sempre usando agressões políticas aos países fornecedores de insumos para o Brasil.

Chegamos a 2021 sem dispor de vacinas suficientes, sem estratégia para comprar volumes mais expressivos e sem cronograma de imunização consistente, além das disparatadas declarações de autoridades do governo Bolsonaro aos países dos quais dependemos para produção de imunizantes no Brasil. O início tardio da vacinação e o caos na gestão da pouca oferta de vacinas existentes indicam enorme dificuldade para o Brasil acelerar o processo de imunização para um ritmo compatível com o enfrentamento da crise sanitária.

Inegável o sucesso de Bolsonaro em sua opção pela “imunização de rebanho”: deixou o Brasil sem vacinas e os brasileiros sem perspectiva de se imunizarem em curto prazo. O aumento vertiginoso do número de brasileiros mortos a cada dia, que já rompeu a barreira de 420.000 pessoas que perderam a vida para a doença, é a resposta de um governo genocida à pandemia pelo Covid-19. •



Marcello Casal Jr./Agência Brasil

VETO IDEOLÓGICO

Subordinada ao ministro Milton Ribeiro, a direção do INEP decidiu censurar estudo que aponta efeitos positivos de programa de alfabetização implantado pelos governos do PT. Pesa sobre o próprio ministro a suspeita de favorecer entidade presbiteriana acusada de fraude

FRAUDE E CENSURA NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Estudo que aponta êxito de programa de alfabetização dos governos petistas foi vetado pelo Inep. Além disso, outra denúncia aponta envolvimento direto do ministro Milton Ribeiro em favor de centro universitário acusado de fraude

As últimas duas semanas foram marcadas por dois graves acontecimentos governo Bolsonaro. São episódios graves ocorridos no Ministério da Educação, ambos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O primeiro foi a censura de um estudo que mostra os efeitos positivos do programa de alfabetização implantado nos governos do PT. O segundo envolve atuação direta do ministro da Educação, Milton Ribeiro, em favor de um centro universitário presbiteriano denunciado por fraude no Enade 2019.

No caso de censura, o pesquisador e servidor do órgão Inep

Alexandre André afirma que o estudo "Avaliação Econômica do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" não foi publicado pelo instituto, mesmo depois de ter cumprido todo o rito burocrático. O servidor acusa o Inep de ter criado barreiras para publicar o texto elaborado por ele e pelo pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Renan Pieri.

Após todo a tramitação interna, como aprovação da área técnica e submissão do texto a um avaliador externo, o estudo poderia ter sido publicado desde 30 de abril, mas a gestão bolsonarista do Inep segue barrando a publicação. Com base em cruzamento de dados e análises estatísticas, o artigo concluiu que o Programa Nacional

de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado na gestão do então ministro Aloizio Mercadante, garantiu melhorias em indicadores de aprendizagem e de aprovação. O material também aponta evidências de efeito positivo do investimento do programa.

Em entrevista ao G1, o pesquisador do FGV explicou que o estudo faz uma estimativa de quanto seria o aumento salarial de um aluno ao longo da vida se ele tiver uma melhor alfabetização. "É feita uma análise do quanto os alunos aprenderam mais, quanto ficaram melhor alfabetizados por conta do Pnaic. A gente tentou criar uma medida financeira, uma monetização deste aprendizado a mais em termos de salário futuro", explica Pieri.

A censura gerou forte reação. “É inacreditável que depois de toda a luta da sociedade brasileira pela liberdade e passado o processo de redemocratização, o país volte a conviver com o fantasma da censura”, criticou Mercadante. O ex-ministro pede que o estudo venha a público. “Não se trata apenas de garantir que tenhamos acesso aos indicadores produzidos pela pesquisa, que serão importantes para subsidiar intervenções de gestores em políticas públicas educacionais, mas também de assegurar o próprio exercício da democracia”, defendeu.

Mercadante lamentou ainda a descontinuidade do PNAIC nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro. “O abandono dessa prioridade pelo atual governo condena milhões de crianças e jovens a uma cidadania precária”, afirma. “Qualquer programa de reconstrução nacional passa por garantir os direitos educacionais das crianças e jovens, sobretudo daquelas que se encontram no momento de sua alfabetização, pedra angular de todo sistema educativo”.

Ex-coordenadores do programa também soltaram nota pública de repúdio à censura contra o estudo e solicitaram a sua publicação. Segundo a nota, a Lei de Acesso à Informação assegura o direito fundamental de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgão ou entidades da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Além disso, a nota reafirma a importância do programa. “No PNAIC havia uma concepção ampliada de alfabetização, considerando-se que estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações, para atender a diferentes propósitos. Os princípios fundamentais da alfabetização adotados eram a interdisciplinaridade, a abordagem lúdica dos

conhecimentos e o respeito à heterogeneidade das comunidades atendidas nas escolas públicas do país”, diz o texto.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação e a Associação Brasileira de Alfabetização encaminharam ofício ao presidente do Inep solicitando a divulgação do artigo. “O resultado dessa investigação precisa ser divulgado amplamente para que sejam analisados os equívocos, os acertos, os limites e as possibilidades dessa política de priorização

A LEI ASSEGURA O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS OU ARMAZENADAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO

da alfabetização, de forma a contribuir para fomentar novas políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal”, apontam as associações.

O outro escândalo no MEC envolve diretamente o ministro Milton Ribeiro. Ele é suspeito de favorecer uma instituição presbiteriana denunciada por fraude no Enade 2019. A revelação é da *Folha de S. Paulo*. Segundo a reportagem, a fraude teria ocorrido no curso de biomedicina da Unifil, de Londrina (PR), a partir

do vazamento da avaliação do ensino superior. A matéria aponta que investigação do Inep concluiu haver fortes indícios, sobretudo estatísticos, de fraude após a coordenadora da graduação ter tido acesso à prova e às respostas com antecedência.

“O ministro Ribeiro tratou do caso pessoalmente. Ele recebeu os controladores da instituição e viajou a Londrina no meio do processo, além de ter determinado que seu próprio secretário acompanhasse uma visita de supervisão”, diz a reportagem. “Ao longo da apuração, o ministro protelou o envio do caso à Polícia Federal, segundo pessoas próximas ao caso. A área técnica e a Procuradoria do Inep haviam concluído pela necessidade da investigação criminal desde meados de 2020”, diz a *Folha*.

De acordo com a matéria, o ministro teria ameaçado de demissão o então presidente do Inep, caso a investigação fosse levada à PF. A *Folha* diz ter confirmado a atuação irregular de Ribeiro, que também é ligado à igreja presbiteriana, com três pessoas do alto escalão envolvidas com o tema. Afirma ainda teve acesso e analisou mais de 60 documentos sigilosos do processo, entre pareceres, despachos e e-mails e que conversou com 17 pessoas, entre integrantes e ex-integrantes do MEC, avaliadores e membros de órgãos de controle.

A *Folha* ainda revelou que o Inep chegou a preparar, em julho do ano passado, uma minuta de ofício para encaminhar à Polícia Federal o caso de irregularidades no Enade 2019, mas o documento nunca saiu do órgão. Em nota ao jornal, o Ministério da Educação afirmou que um ofício do Inep teria sido enviado à Polícia Federal no dia 8 de julho, mas a própria PF afirmou que não consta de seus registros o recebimento do documento. •

Arquivo

14 de maio de 1990

GREVE SEM REPRESSÃO TEM ACORDO NA CSN

Cerca de 4 mil metalúrgicos ocupam a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), para impedir a demissão de 2 mil trabalhadores. Após uma paralisação de 12 horas, 625 funcionários foram readmitidos. A empresa firmou o compromisso de discutir com o Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda novas medidas para sanear as finanças da CSN, que empregava então 20 mil trabalhadores. Para o diretor do sindicato, Jadir Batista, outras medidas de contenção de gastos poderiam ser adotadas, como a “demissão dos militares reformados que trabalham na CSN e moram de graça nas residências dos oficiais do Exército”.

15 de maio de 1984

BOIAS-FRIAS EM GREVE ENFRENTAM DITADURA

Cerca de dez mil boias-frias (trabalhadores rurais temporários) da região de Guariba (SP) entram em greve por melhores salários, condições de trabalho e de vida. Foi a primeira paralisação organizada por essa categoria de trabalhadores, recrutados para trabalhar na colheita de cana-de-açúcar e de laranja sem carteira assinada e muitas vezes em condições semelhantes ao trabalho escravo. A greve durou cinco dias e terminou num acordo intermediado pelo governo de São Paulo. Uma onda de greves de boias-frias se estenderia pelo interior de São Paulo e sul de Minas Gerais até o mês de setembro.



17 a 26 de maio de 1970

BISPOS CONDENAM PORÕES DA TORTURA

Durante a 11ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a igreja católica toma posição contra o autoritarismo e divulga documento em que denuncia os abusos do regime militar sobre os direitos humanos e sociais. A hierarquia religiosa, que havia apoiado o golpe de 1964, voltava-se agora contra a violência da ditadura. No dia seguinte à divulgação do documento, o arcebispo de Olinda e Recife, d. Helder Câmara, mundialmente conhecido e candidato ao Prêmio Nobel da Paz, denunciaria as torturas em Paris para uma plateia de dez mil pessoas. Ao regressar ao Brasil, tornou-se alvo de feroz campanha de desmoralização junto à opinião pública.

15 de maio de 2003

ESTATUTO PROTEGERÁ TORCEDOR BRASILEIRO

O presidente Lula sanciona o Estatuto do Torcedor, com o intuito de defender os interesses do torcedor na relação com os clubes de futebol e coibir a violência nos estádios. A lei nasceu de uma proposta do Executivo para obrigar as instituições a atuar de maneira organizada, transparente, de modo a combater a corrupção no futebol. A criação do estatuto foi um marco na democratização do futebol, anseio que remonta à época da ditadura.

17 de maio de 1932

SAI A LEI QUE PROTEGE TRABALHO DA MULHER

Getúlio Vargas assina e vira lei: “sem distinção do sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual”. No decreto havia várias cláusulas de proteção à mulher trabalhadora, entre elas a proibição do trabalho noturno – salvo em casos excepcionais. E as trabalhadoras grávidas não poderiam mais ser demitidas sem justa causa e teriam direito a quatro semanas de licença antes do parto e quatro semanas depois.

Ricardo Stuckert



17 de maio de 2010

BRASIL ARTICULA ACORDO IRÃ-ONU

Os chefes de Estado do Irã, da Turquia e do Brasil assinam a Declaração de Teerã, segundo o qual o Irã se compromete a enviar à Turquia – sob supervisão da ONU – o urânio a ser enriquecido para uso em pesquisas médicas. O acordo foi construído após impasse entre o Irã e o Conselho de Segurança da ONU, no final de 2009 – que resultou em sanções contra o país. Turquia e Brasil, membros rotativos do órgão à época, defenderam a via diplomática para contornar a crise e se posicionaram contra as sanções, por julgá-las ineficazes. Apesar de posteriormente rejeitado pelas potências ocidentais, o acordo tripartite lançaria Brasil e Turquia como importantes articuladores no cenário internacional multipolarizado.

19 de maio de 2004

BRASIL CHEFIA MISSÃO DE PAZ NO HAITI

Diante da crise provocada pela deposição e exílio do presidente Jean-Bertrand Aristide, o Congresso Nacional autoriza o envio de 1.200 militares brasileiros para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). O país passa, assim, a exercer o comando militar e a coordenar as ações das forças de paz, que contam inicialmente com 5 mil militares e policiais de 20 países diferentes. A crise no Haiti fora provocada pela deposição e exílio do presidente Jean-Bertrand Aristide, o que desencadeara uma guerra entre grupos rivais, com violência generalizada. Nesse cenário, o Brasil assumiria papel de destaque na pacificação do país e na garantia de condições básicas de salubridade e direitos – a Minustah deu especial atenção ao custeio de programas de rápido impacto social e de redução da violência.

20 de maio de 1953

LACERDA VAI À GUERRA CONTRA 'ULTIMA HORA'

Pega fogo a guerra da UDN contra o jornal "Ultima Hora" e seu dono, Samuel Wainer. O objetivo, mais uma vez, é atingir o presidente Getúlio Vargas. Nas bancas, tomando quatro colunas, a manchete do jornal "Tribuna de Imprensa", de Carlos Lacerda, acusa o veículo que nascera governista e havia rapidamente conquistado espaço e público, não apenas por ser o único a defender o governo Vargas, mas também por sua linguagem inovadora, qualidade gráfico-editorial e excelentes profissionais.

Maio de 1966

A RESISTÊNCIA SOBE AO PALCO DO TEATRO

Na produção teatral de 1966, três peças se destacam pelas críticas à realidade política e social brasileira, tornando-se referência na dramaturgia do país. São elas: "O Berço do Herói", de Dias Gomes; "Navalha na Carne", de Plínio Marcos; e "Se Correr o Bicho Pega, Se Ficar o Bicho Come", de Oduvaldo Vianna Filho, o Vianninha. Inspirada nas experiências do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, "Morte e Vida Severina", de João Cabral de Melo Neto, vence em maio de 1966 o 4º Festival Mundial de Teatro Universitário em Nancy, na França. Chico Buarque musicou os versos de João Cabral.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br



Leticia Moreira/Folhapress

TRIBUTO Proposta apresentada pela bancada do PT no Senado homenageia o ator Paulo Gustavo, vítima da Covid-19. Dinheiro para o setor de cultura

LEI PAULO GUSTAVO DESTINA R\$ 4,3 BI PARA APOIO À CULTURA

Proposta apresentada pela bancada do PT no Senado prevê ações emergenciais de apoio ao setor da cultura durante a pandemia. “O setor cultural é de relevância crucial para o país”, ressalta o líder Paulo Rocha (PA)

A área cultural pode receber R\$ 4,3 bilhões até o final de 2022 provenientes de dois fundos de apoio ao setor e da contrapartida de estados e municípios. A proposta está prevista em um projeto de lei complementar batizado de ‘Lei Paulo Gustavo’, uma homenagem póstuma ao ator e humorista que deu vida à personagem Dona Hermínia. A proposta busca ampliar o apoio a um dos setores mais afetados durante a pandemia do novo coronavírus - e que deve ser um dos últimos a retomar as atividades normais.

Atualmente, a cultura conta com o apoio de Lei 14.017/2020, mais conhecida como Lei Aldir Blanc. A legislação liberou R\$ 3

bilhões no ano passado. Como o montante não foi completamente utilizado, o Congresso Nacional aprovou em abril a execução de R\$ 773,9 milhões que ainda não foram executados. No entanto, os efeitos da pandemia ainda serão sentidos em 2022 e é necessário um aumento de recursos. Segundo o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), autor da nova proposta junto com os demais colegas de partido na Casa Legislativa, a medida é urgente.

“O setor cultural é de relevância crucial para o país. Mas, além da importância social, também tem uma dimensão econômica, sendo responsável por um montante de recursos equivalente a 2,67% do PIB brasileiro e envolvendo quase 6 milhões de pesso-

as. São homens e mulheres que estão com orçamento zerado por não poderem trabalhar devido às restrições impostas pela crise, que pode ainda ter efeitos graves até no que vem”, explica o parlamentar.

Um dos principais pontos do projeto é a previsão de R\$ 3,8 bilhões provenientes do superávit financeiro do Fundo Nacional da Cultura (FNC) e do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Os recursos serão transferidos para estados, Distrito Federal e municípios. Além disso, o projeto destrava outros R\$ 342 milhões do orçamento de 2021 do FNC, a serem utilizados pela Secretaria de Cultura do Ministério do Turismo.

Com a aprovação da chamada PEC Emergencial, a Emenda Constitucional 109, os valores bilionários do FNC e FSA podem ser utilizados para a amortização da dívida pública. Caso o projeto de Paulo Rocha seja aprovado, o montante seria liberado como crédito extra ao Orçamento por meio de medida provisória. “É importante destacar que o projeto prevê a adoção de políticas de estímulo à participação e ao protagonismo de mulheres, negros, indígenas, povos tradicionais, quilombolas, LGBTQ+, pessoas com deficiência e outras minorias no ramo artístico no Brasil”, explica Paulo Rocha.

Para o secretário nacional de Cultura do PT, Marcio Tavares, a Lei Paulo Gustavo vem em boa hora para socorrer o setor, que está em profundas dificuldades. “São R\$ 4 bilhões que vão ser aplicados no país todo, irrigando a cadeia produtiva da cultura e produzindo milhares de iniciativas de arte e cultura de acesso público e gratuito. Ganham os artistas e ganha a sociedade”, diz. •

PRECISAMOS PALESTINAR

O que dolorosamente assistimos nestas décadas não é uma guerra, é o genocídio do povo palestino, uma tragédia humanitária que se aprofunda em pleno século 21

Por Fátima Ali * e Misiara Oliveira **

Enquanto escrevemos, muitos palestinos e palestinas são assassinados, feridos e expulsos dos seus lares, impedidos de professar sua fé, cristã ou islâmica, pela tragédia que espelha o avanço da judaização de Jerusalém - capital da Palestina, definida como território internacional pela Resolução 81 da ONU, bem como pelo projeto sionista-colonialista, um verdadeiro retrocesso civilizatório e humanitário.

Enquanto escrevemos, muitos palestinos e palestinas são assassinados, feridos e expulsos dos seus lares, impedidos de professar sua fé, cristã ou islâmica, pela tragédia que espelha o avanço da judaização de Jerusalém e do projeto sionista-colonialista, um verdadeiro retrocesso civilizatório e humanitário.

A autoproclamação de Israel, na tarde de 14 de maio de 1948, marca o início de uma trajetória política genocida de Israel. No primeiro dia após a autodeclaração, 15 de maio de 1948, se inicia a Nakba, parte do plano de limpeza étnica perpetrado pelo sionismo contra a população Palestina.

A marca do Estado de Israel nestas sete décadas é a do Apartheid, expresso na ampliação dos assentamentos, nas medidas de controle de circulação, nos checkpoints, na destruição de casas e oliveiras milenares palestinas,

na inviabilização econômica, no controle hídrico e na tentativa de apagamento cultural. Precisamos compreender que vidas importam, e a Israel do Apartheid tornou o viver inviável para palestinas e palestinos.

A tão sonhada paz, pressupõe a observância e o cumprimento de tratados internacionais, que desde 1948 previram a criação de dois Estados Nacionais soberanos, um Palestino e um Israelense. Mas o que se pode verificar nestas mais de sete décadas, foi a negação por parte de Israel, de todos os acordos firmados após a Resolução da Organização das

**A MARCA DO
ESTADO DE ISRAEL
EM SETE DÉCADAS
É A DO APARTHEID,
EXPRESSO NA
AMPLIAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS E
NAS MEDIDAS
DE CONTROLE**

Nações Unidas que possibilitou a criação de seu Estado.

O que dolorosamente assistimos, não deve ser chamado de guerra, mas sim de genocídio do Povo Palestino, uma tragédia humanitária que se aprofunda em pleno século 21.

Os eventos dos últimos dias, do final do Ramadã e às vésperas da recordação da Nakba, são fruto deste histórico, mas também refletem uma tentativa desesperada do premier Benjamin Netanyahu, acusado de corrupção, e que não alcançou maioria na última eleição realizada em março deste ano, de se manter no poder.

É neste contexto que se dá a tentativa de expulsão de palestinos residentes do bairro Sheikh Jarrah, voltada à judaização de Jerusalém, marcada pela repressão aos cristãos locais, incluindo sacerdotes, impedindo-os de acesso à Igreja do Santo Sepulcro, bem como o bloqueio, no início do Ramadã, do Portão de Damasco, que dá acesso à Esplanada das Mesquitas.

Por isso, fazemos um chamado a todos os humanistas, defensores dos direitos humanos, aos democratas em escala mundial a, inspirados em Paulo Freire, conjugar o verbo Palestinar, expressando a esperança de uma vida digna, com paz para a Palestina. •

* Vice-presidenta da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL)

** Integrante da Executiva Nacional do PT

RAÍ: “TEMOS QUE RESISTIR A ESSA PRAGA QUE USA FANTASIA ESCURA”

Em artigo no *Le Monde*, o craque de futebol, ex-capitão do Seleção e do PSG, conhecido por seus compromissos no campo social, ataca, sem nunca nomeá-lo, o presidente Jair Bolsonaro e o regime que impõe ao seu país desde janeiro de 2019

Por Rai Oliveira | Le Monde

Perdoe-me, Monsieur Camus. Perdoai-me também vós, os seus milhões de admiradores... Gostaria de pedir a vossa licença para repetir aqui algumas das vossas palavras, para reivindicar a vossa audácia, para suplicar, como pudestes fazer perante as autoridades do desumano, para lutar, à tua imagem, como um rebelde do mundo que soube recusar a heresia e as suas terríveis consequências.

O brasileiro que sou, como tantos outros, encontra-se assediado, nestes tempos sombrios, por um duplo flagelo cujas devastações são apenas o acréscimo de nossos próprios erros coletivos. Além da “praga” biológica, essa epidemia tão mal administrada que causou a mais grave crise de saúde da história do meu país, estamos sofrendo de outro mal, muito mais mortal no longo prazo. Um mal

que nos isola diplomaticamente, um mal que atormenta insidiosamente a Amazônia e persegue quem a protege. Um mal que permite a mineração em reservas indígenas, e prefere toras serradas a toras vivas... Um mal castrador das liberdades, que ameaça a democracia e reaviva a censura odiosa, promove a intolerância, a homofobia, o machismo, a violência. Ao aprisionar nossa razão e nosso bom senso, ele nos destrói.

Esse mal, que tem suas próprias variantes, é obra de um clã. Associado ao distanciamento, ao negacionismo, à desinformação, à mentira, acaba suprimindo, ainda que temporariamente, nossa revolta, nossa resistência e nossa indignação.

Para citar Camus: “As pragas, de fato, são uma coisa comum, mas é difícil acreditar em pragas quando elas caem sobre a sua cabeça. (...) Quando estala uma guerra,

as pessoas falam: “Não vai durar, é muito estúpido”. E sem dúvida uma guerra é certamente muito estúpida, mas isso não a impede de durar. A estupidez sempre insiste, a gente perceberia se nem sempre pensasse em si mesmo”.

Repressão, agressão, perseguição

Sim, em casa, do outro lado do Atlântico, este oceano que nos separa e nos aproxima, amigos franceses, o mal está em todo o lado: nas questões do ambiente, dos direitos humanos, dos negócios externos. É a ideologia que é perversa, ou quem a teorizou, ou mesmo quem a usa conscientemente?

Na minha democracia, jovem e portanto frágil, ouvimos recentemente, na nossa própria rede de televisão, um certo Secretário de Estado da Cultura parafraseando um discurso de Joseph

Goebbels. Joseph Goebbels, ministro de Adolf Hitler, responsável pela propaganda... Goebbels, o anti-semita, a maldito alma da pior ideologia.

Camus, sempre: "Já tinham visto crianças morrerem desde terror, há meses, não tinham escolhido, mas nunca tinham acompanhado seu sofrimento minuto a minuto, como vinham fazendo desde manhã".

Devemos, portanto, resistir a essa praga brasileira que veste traje escuro e mascara seu sorriso astuto, atacada pela repressão, agressão, perseguição, usando os "resquícios" legais de um Brasil outrora autoritário, como esta lei de segurança nacional, herdada das trevas período da ditadura militar. E eu pensei que depois de vinte anos de tortura, tantos assassinatos e censuras, nunca mais sofreríamos com tudo isso...

"Brasil acima de tudo, Deus acima de tudo". Esse foi o slogan da última campanha presidencial, que viu a vitória do indizível. Alguns de nós imaginamos que por trás das palavras escondia-se a putrefação vindoura de nossa carne e alma. O chamado salvador não é um e, diga-me, quem seria esse Deus capaz de destruir e colocar a vida humana em um nível tão desprezível?

"Ele sabia o que esta alegre multidão não sabia, e que se pode ler nos livros, que o bacilo da peste nunca morre ou desaparece, que pode permanecer por décadas adormecido nos móveis e na roupa de cama, que ele espera pacientemente nos quartos, o os porões, os baús, os lenços e a papelada, e que, talvez, chegasse o dia em que, para azar e ensino dos homens, a peste despertaria seus ratos e os mandaria para morrer numa cidade feliz".

Por anos os ratos estiveram lá

Permita-me completar, por

meu país perigosamente distraído, e por você, cujo olhar às vezes se desvia: o Brasil que todos nós queremos e de que o mundo precisa, negou o horror que se aproxima. Durante anos, porém, os ratos estiveram ali, mostrando o rosto, revirando os olhos, mostrando os dentes, afiando as garras. Não prestamos atenção. Será que os meus concidadãos e eu, e mesmo o nosso Parlamento, nos tornamos cúmplices por não quisermos ver a extensão do perigo que agora nos rodeia, por nos submetermos a um poder man-

COMO SE LIVRAR DESSE PESADELO? NÃO FIQUEMOS ANESTESIADOS, AMORDAÇADOS POR UMA "ANGÚSTIA SILENCIOSA"

chado com o sangue indelével dos crimes já cometidos?

Não! Eu sei que no longo prazo, e seja qual for o país, o homem corajoso, o cientista, o resistente juntos conseguem vencer o mal. Aqui, não será tão simples, porque carrega nas costas a extrema desigualdade, econômica, social e educacional que esteriliza os comportamentos e aniquila as vontades de ruptura.

Cada praga causa separações profundas e dolorosas. Já estamos isolados, tratados como pá-

rias... E acima de tudo separados de nós mesmos, afastados do Brasil para que nos tornemos, da nossa essência, da nossa natureza, do país do futuro e de um mundo mais humano e justo, da País exuberante, a alegria de viver que te faz sonhar, dançar, brincar, cantar e encantar. Ao hastearmos a bandeira branca da nossa passividade, ao nos rendermos ao mal que nos assedia, mostramos o pior de nós mesmos. O meu país, o da miscigenação, não pode negar o seu próprio destino!

"O flagelo não é compatível com o homem, por isso dizemos a nós mesmos que o flagelo é irreal, é um pesadelo que vai passar. Mas nem sempre passa e, de pesadelo em pesadelo, são os homens que passam..."

Como se livrar desse pesadelo? Acima de tudo, não fiquemos anestesiados, amordaçados por uma "angústia silenciosa". Sim, devemos primeiro lutar contra a estupidez que desencoraja o uso de máscaras, que mata ou deixa morrer, e ainda insiste! Devemos então nos vacinar e, juntos, expulsar o flagelo maligno de nossa carne.

Mas o trabalho ainda não estará concluído: teremos então que aniquilar esta praga maior de todos os tempos, aquela que, além do microscópico agente infeccioso, gangrena nosso corpo social. Porque não basta identificar a sequência do vírus que nos impõe as suas leis e viola os nossos direitos, devemos agora encontrar o antídoto para não evoluirmos, contra nossa vontade, em portadores doentios de uma doença que nos destruiria. Não queremos, por culpa de alguns criminosos, nos tornar nossos próprios algozes.

"A partir daquele momento, pode-se dizer que a praga era a nossa preocupação". •

* É cofundador e presidente da Gol de Letra, uma fundação que atende crianças e jovens de meios desfavorecidos.

JACAREZINHO E A BARBÁRIE OFICIAL

Arquivo

Não existe pena de morte no Brasil, portanto é preciso investigação rigorosa do Ministério Público para punir os responsáveis pela chacina. É preciso apurar também a motivação política da operação

Por Elvino Bohn Gass *

O banho de sangue patrocinado pela polícia do Rio de Janeiro na favela do Jacarezinho, no dia 6, com a morte de 27 moradores e de um policial, merece o repúdio de quem preza os valores humanos e a lei. Foi um ato de barbárie no estado onde surgiram as milícias e também um presidente da República que é unha e carne com milicianos e esquemas criminosos que continuam funcionando a pleno vapor, inclusive com forte presença na política.

O atual governador, Cláudio Castro, deu carta branca à operação e celebra o saldo trágico de mais um extermínio de gente pobre. Sintomático que o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, antes mesmo da divulgação dos nomes das vítimas tenha se referido elas como como sendo “tudo bandido”. Ora, alguns, nem todos, tinham antecedentes criminais. Mas antecedente criminal até o Bolsonaro tem e nem por isso ele deve ser fuzilado.

Segundo Ruppert Colville, porta-voz da Organização das Nações Unidas, algo está muito errado. De janeiro de 1998 a março de 2021, 20.957 pessoas morreram em confronto com

a polícia do Rio. Média de uma pessoa assassinada pela forças policiais a cada dez horas.

Os 200 policiais fortemente armados, além da matança, prenderam 6 moradores e apreenderam apenas 23 armas e 12 granadas. Em 2019, foram apreendidos 117 fuzis no Vivendas da Barra, mesmo condomínio onde tem casa Jair Bolsonaro, mas não houve nenhuma morte. A justificativa da Polícia Civil para a realização da operação seria a

**É PRECISO DAR UM
BASTA. A POLÍCIA,
COM BOLSONARO
NO PODER, NUNCA
MATOU TANTA
GENTE. PIOR,
A MATANÇA É
DIRIGIDA CONTRA
OS NEGROS**



execução de 21 mandados de prisão, mas dos 27 mortos, apenas sete estavam na lista.

Não existe pena de morte no Brasil, portanto é preciso investigação rigorosa do Ministério Público para punir os responsáveis pela chacina. É preciso apurar também a motivação política da operação, que atingiu frontalmente o Supremo Tribunal Federal, que proibiu operações como a realizada no Jacarezinho durante o período da pandemia de Covid-19.

É preciso dar um basta. A polícia, com Bolsonaro no poder, nunca matou tanta gente. Pior, a matança é dirigida contra os negros. Em 2019, de cada dez vítimas de violência policial, oito eram negras. Pela Constituição, os negros e os moradores das favelas têm os mesmos direitos do restante da população.

A sociedade brasileira que preza a democracia não pode ficar à espera de novos banhos de sangue e deve acionar todos os instrumentos para barrar operações policiais como a ocorrida no Jacarezinho. Uma sociedade civilizada não pode permitir que a barbárie prospere, com a utilização do poder do Estado. •

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é o líder do PT na Câmara dos Deputados



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

Antonio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares (organizadores)
Carlos Paiva • Céli Regina Jardim Pinto • Christiane Ramírez •
Eliane Costa • Gaudêncio Fidelis • Jackson Raymundo • João Guerreiro
• João Roberto Peixe • Leandro Colling • Lia Calabre • Marcia Sant'anna
• Marcia Tiburi • Márcio Meira • Miguel Jost • Sérgio Mamberti •
Tony Teófilo • Valter Pomar • Venício A. de Lima

Download do livro no site fpabramo.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores